

Acção **Socialista**

Nº 1236 - 26 Janeiro 2005

Director: Augusto Santos Silva Director-adjunto: Silvino Gomes da Silva
Internet: www.ps.pt/accao E-mail: accaosocialista@ps.pt



PROGRAMA ELEITORAL DO PS

UMA AGENDA PARA O CRESCIMENTO E EMPREGO UMA APOSTA NO CONHECIMENTO E INOVAÇÃO



A Comissão Nacional aprovou o programa eleitoral do PS que foi publicamente apresentado na Convenção Nacional das "Novas Fronteiras".

É um programa construído pela positiva que entende o equilíbrio das finanças públicas como uma condição indispensável de crescimento económico e de novas políticas sociais.

É um programa que fixa metas ambiciosas: 150 mil novos empregos, prestação extraordinária para combate à pobreza dos idosos, duplicação da frequência do ensino secundário tecnológico e profissional, cartão único do cidadão, entre muitas outras propostas. É um programa para um novo ciclo de governação, credível, responsável e progressista.

Conferência no CCB

Guterres pede maioria absoluta para o PS

3

Entrevista

João Ferrão: "O futuro ganha-se na luta pelo conhecimento"

14

Novas Fronteiras

O melhor do país está com o PS

5

Encontro na Moncloa

Sócrates e Zapatero de acordo nos temas europeus

16

Legislativas 2005

Síntese das bases programáticas

4

Vamos dar tudo por tudo!
nestes dias que faltam até às eleições

PS

POR UMA PLATAFORMA DE GOVERNAÇÃO ESTÁVEL, PROGRESSISTA E SOLIDÁRIA

A última semana definiu o que está em causa nas eleições de 20 de Fevereiro. O PS apresenta uma plataforma alargada de governação progressista que pretende a retoma da auto-estima dos portugueses, a centralidade da política de emprego e de combate à pobreza e o crescimento económico apto a permitir o retorno à aproximação ao nível de vida médio do União Europeia. O PSD é um poço de contradições preocupado sobretudo já com os ajustes de contas a 21 de Fevereiro. O CDS, o PCP e o Bloco disputam ferozmente a medalha de bronze eleitoral e apostam tudo em evitar a maioria absoluta do PS. Neste quadro político é prioridade dos socialistas a esclarecimento, a mobilização para a participação nas eleições. Os principais adversários do PS são a abstenção e um discurso anti-democrático segundo o qual os políticos são todos iguais. Qualquer destes apelos à cobardia cívica favorece o PSD e dificultam a criação de uma alternativa de estabilidade e progresso em torno do PS.

A demagogia de que os políticos são todos iguais pretende branquear os três anos de recessão, de crise de auto-estima e mesmo o calamitoso semestre de governação de Santana Lopes. É indispensável não permitir o esquecimento de que nestes três anos Portugal recuou para o nível de desenvolvimento de 1996, que o desemprego atingiu meio milhão de portugueses e as finanças públicas degradaram-se com o recurso sistemático às receitas extraordinárias.

Estes três anos, sobretudo os últimos seis meses, são a melhor prova da profunda diferença entre um Governo de direita e uma alternativa do PS baseada na motivação dos cidadãos e das empresas para a recuperação do caminho do crescimento económico. Tal só será possível com uma maioria absoluta que permita a existência de um Governo com autoridade democrática e capacidade de diálogo para gerar os consensos alargados necessários ao rigor orçamental, com crescimento económico e solidariedade social.

A alternativa é entre prolongar a instabilidade e incompetência dos últimos meses, agravada pela decomposição interna do PSD e pelas aspirações de Portas, ou uma plataforma de modernização económica em torno de um PS coeso e motivado para enfrentar as dificuldades com alegria e sentido de justiça na repartição da riqueza gerada.

O Plano Tecnológico, que constitui a prioridade nuclear do programa eleitoral do PS, corresponde ao desafio de mobilização colectiva que incentivará um salto que nos permita até ao final da década aproximar-nos decisivamente do

padrões europeus em domínios como o acesso à Internet em banda larga, a utilização de energias renováveis ou a taxa de frequência de cursos tecnológicos.

Trata-se do desafio de uma geração mas que é possível em alguns domínios fazer sentir os efeitos a curto prazo.

A recuperação dos empregos destruídos ao longo dos três anos de governação da direita e a erradicação da pobreza extrema de 300 mil idosos são a marca de profunda diferença entre a mudança com largo consenso social e o pesadelo da continuidade do desvario de Santana Lopes.

O programa eleitoral do PSD é a repetição de um modelo de venda de ilusões por quem já enganou os portugueses em 2002 e nada aprendeu com os erros cometidos.

O choque fiscal prometido em 2002 teve como prática o aumento dos impostos, a promessa de crescimento 2 por cento acima da média europeia foi transformada em seis trimestres de recessão, Portugal foi ultrapassado pela Grécia, pela Eslovénia, por Chipre e por Malta.

Em Outubro irresponsavelmente Santana Lopes anunciou o fim da austeridade dizendo que o ciclo mudara. Passados três meses limita-se a prometer não voltar a aumentar os impostos, mas sem resistir a outras propostas irresponsáveis como a do aumento da produtividade para 75 por cento da média europeia ou a de reduzir para 40 por cento o peso do Estado na economia. Já para não falar da demagógica proposta de evolução dos salários dos dirigentes da Administração Pública para níveis de mercado.

O programa eleitoral do PSD é um "pastiche" feito em "outsourcing" por António Mexia e alguns amigos. A falta de credibilidade de quem veio prometer pontes, túneis e TGV a quatro das semanas de eleições é a imagem de marca de todo o texto. Mas sobretudo seis meses de gestão Santana Lopes tornam dispensável a apresentação de qualquer catálogo de promessas. O principal problema do PSD é a absoluta falta de confiança dos portugueses na liderança e na equipa de Santana Lopes.

Cabe ao PS desempenhar o papel histórico de ganhar as eleições com maioria absoluta falando verdade sobre a complexidade da situação económica e assumindo um compromisso para a transformação da sociedade portuguesa como um espaço de solidariedade, de modernidade e de competitividade no contexto europeu.



EDUARDO CABRITA

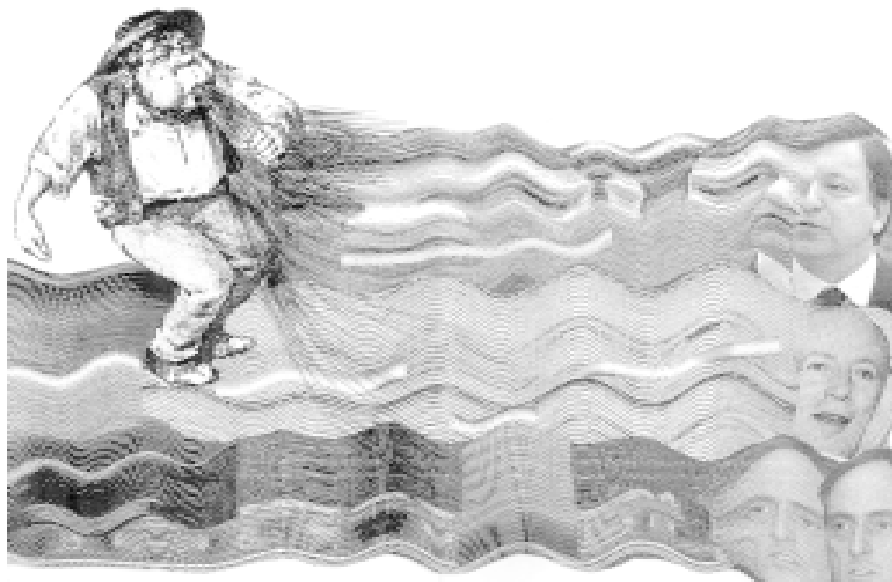
20 DE FEVEREIRO: SOPRARI! SOPRARI!!!

ANTOONIO COLAÇO

- CONTRA OS **VENTOS DO DESEMPREGO, DO ABANDONO DO INTERIOR, DA FALTA DE CUIDADOS DE SAÚDE, SOPRARI! SOPRARI!**

- CONTRA AS **MARÉS DA INJUSTIÇA FISCAL, DA FALTA DE HABITAÇÃO, DA SAÍDA PROFISSIONAL PARA OS JOVENS! SOPRARI! SOPRARI!**

NO DIA 20 DE FEVEREIRO, FAÇAM CÁ COM'Ó ZÉ: **TUDO A SOPRAR NELES!!!!**



SÓCRATES E GUTERRES NO CCB

PLANO TECNOLÓGICO DO PS RETOMA ESTRATÉGIA DE LISBOA

A superação do défice de competitividade é, no entender de António Guterres, o nosso desafio económico fundamental no actual contexto internacional em que conhecimento, inovação e investimento na ciência e na tecnologia são factores decisivos para a afirmação de um país.

Neste sentido, Guterres reafirmou a sua "total confiança em José Sócrates como futuro primeiro-ministro de Portugal" e no PS, "a única força política que até agora foi capaz de fazer o diagnóstico lúcido do problema e apontar soluções, num programa de governo global, coerente e integrado".

O presidente da Internacional Socialista produziu estas declarações no decorrer de uma conferência sobre "O Plano Tecnológico e o futuro da Estratégia de Lisboa" em que o outro orador foi o secretário-geral do PS, José Sócrates.

Também para António Guterres, só a maioria absoluta do PS garante a concretização das boas políticas inspiradas na Estratégia de Lisboa: aumento do emprego qualificado, crescimento económico, incentivo à produtividade e à competitividade, num quadro de coesão social e de valorização das pessoas.

"A alteração da realidade europeia — com o alargamento da União aos países de Leste —, e mundial — com o processo de liberalização do comércio —, tornam incomportável uma situação de fragilidade política em Portugal", alertou, responsabilizando claramente a coligação do Governo demitido "pelo retrocesso no desenvolvimento da ciência e da tecnologia dos últimos três anos".

"O investimento e o incentivo nestas áreas desapareceu e a Estratégia de Lisboa foi

metida na gaveta", denunciou o ex-primeiro-ministro, para quem o Executivo de direita optou por "matar à nascença tudo o que fosse passado recente, em prejuízo, em primeira instância, de Portugal e dos portugueses".

"Durão Barroso teve de ir para Bruxelas para perceber a importância do processo de Lisboa", observou com ironia.

Por seu turno, o líder socialista prometeu determinação, coragem, vontade e muito esforço na execução do Plano Tecnológico, que descreveu como "a principal orientação estratégica do PS na política nacional e na negociação europeia do IV Quadro Comunitário de Apoio, da revisão da Estratégia de Lisboa e do Pacto de Estabilidade e Crescimento".

Salto em frente para a mudança

"Com o PS, a prioridade será o investimento no conhecimento, na inovação e na tecnologia", reiterou, frisando de seguida que esta é "uma aposta orientada pelo espírito do processo de Lisboa".

Foi precisamente o "pai da Estratégia de Lisboa" — como foi apresentado Sócrates —, quem alertou para a emergência de um novo paradigma civilizacional onde o conhecimento qualificado é a riqueza determinante.

Acusando a direita de ter interrompido a lógica de uma cultura de valorização dos recursos humanos baseada na prioridade à educação encetada durante a sua chefia dos Governos do PS, António Guterres voltou a apelar ao salto em frente para a mudança, sublinhando que "é um dever



de todos o socialista evitar que na próxima década Portugal viva uma situação de mediocridade económica, de periferia relativamente à comunidade internacional e de degradação da qualidade de vida dos cidadãos".

Respondendo à questão colocada por João Proença sobre a relação de forças que se espera no debate do Conselho Europeu em torno da Estratégia de Lisboa, o presidente da Internacional Socialista alertou para "um risco real de desvirtuamento e tecnocratização do processo com a beneficiação da competitividade em detrimento da coesão social".

Guterres defendeu a necessidade urgente

de resolver o problema do envelhecimento da população europeia através de "uma política activa de imigração" e advogou o reforço dos instrumentos previstos na Estratégia de Lisboa em estreita harmonia com outros instrumentos e políticas comunitárias.

Já em resposta ao presidente da Câmara de Abrantes, que questionou as mudanças do PS pretende levar a cabo no Governo, Sócrates afirmou-se pronto para "avançar já com alterações que melhorem a educação e a inovação no país", apontando para um esforço suplementar no uso da informática na formação das pessoas e no

ensino da língua inglesa como factores geradores de competitividade.

O secretário-geral socialista comprometeu-se ainda a "pôr as verbas do IV QCA ao serviço do Plano Tecnológico".

Por último, José Sócrates, após animado debate e perante uma sala completamente lotada, concluiu com uma mensagem de renovada confiança no país e nos portugueses, vincando ainda que o choque que propõe é dirigido a toda a sociedade civil. "Caberá ao Estado apoiar e apontar o caminho do Plano Tecnológico, mas os agentes da mudança somos todos os portugueses", rematou.

MARY RODRIGUES

Aos Militantes do PS

Meus Caros Camaradas

Aceitei, como sabem, com muito orgulho o convite que José Sócrates me fez para dirigir esta campanha eleitoral.

Vocês conhecem-me, sabem que quando assumo responsabilidades, procuro cumpri-las com determinação, com empenho, com energia e com convicção.

Vivemos hoje no nosso país uma situação muito complexa.

A direita nos últimos três anos fez Portugal andar para trás e provocou no país uma profunda crise económica, social e política.

Mais desemprego, mais pobreza, menos poder de compra, manipulação da informação, pior saúde, pior educação, menos crescimento, trapalhadas e instabilidade, eis o verdadeiro "testamento" que Santana Lopes e Paulo Portas deixam a Portugal. Cabe-nos a nós, ao Partido Socialista, respeitando os seus valores e os seus princípios, mobilizar os portugueses para um novo projecto, para um novo rumo.

É preciso efectivamente voltar a acreditar.

É preciso ter esperança num futuro melhor.

É preciso lutarmos todos, por esse futuro.

Temos hoje um líder forte, José Sócrates, um programa

eleitoral aprovado e temos connosco, como ficou provado no Fórum Novas Fronteiras, o que de melhor há na sociedade portuguesa em termos de recursos humanos.

Estamos preparados para conduzir o país e a vida dos portugueses ao progresso e à modernidade. Sem promessas virtuais e sem fugir à verdade. Mas demonstrando no dia a dia a ambição de querer um país melhor, mais justo, mais moderno e mais desenvolvido.

Para o País conseguir esse desenvolvimento é preciso competência, energia mas também estabilidade.

Por isso é nosso dever pedir aos portugueses que concentrem os votos no PS e não se distraiam com pequenas questões.

É importante e determinante termos maioria absoluta no próximo dia 20. E isso também está nas nossas mãos. Se há eleições em que a campanha eleitoral é importante esta é seguramente uma delas.

Da nossa determinação, do nosso trabalho, da nossa mobilização também depende alargarmos ou não os nossos objectivos.

Hoje como sempre confio em vós, confio no vosso crer a Portugal e ao PS.

Por isso vos digo. Nestes vinte dias que faltam para o dia 20 de Fevereiro vamos dar tudo por tudo.

Portugal merece-o. E o PS também.

Jorge Coelho



Bases Programáticas

(síntese)

UMA ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO PARA A PRÓXIMA DÉCADA

Retomar o crescimento da economia de forma sustentada e visando a modernização do País, fazendo do conhecimento, da inovação da qualificação dos portugueses e da melhoria dos serviços do Estado os caminhos do progresso.

Um Plano Tecnológico para uma agenda de crescimento

- Apoiar a criação de 200 novas empresas de base tecnológica
- Lançar programa de jovens quadros em gestão/ inovação para as PME
- Repor os benefícios fiscais à I&D das empresas
- Introduzir o empreendedorismo como matéria obrigatória no ensino
- Generalização do uso da internet nas actividades educativas
- Colocação de um curso pós-graduado de gestão (MBA) entre os 100 melhores do Mundo
- Duplicar os fundos de capital de risco para projectos inovadores
- Triplicar o esforço privado em I&D
- Duplicar o investimento público em I&D até 1% do PIB
- Triplicar o número de patentes registadas
- Criar 1.000 lugares adicionais para I&D na administração pública, em contrapartida da extinção de vagas menos qualificadas
- Generalização do acesso à banda larga a preços competitivos
- Tornar obrigatória a prática experimental em disciplinas científicas e técnicas no ensino básico
- Afectar 20% das contrapartidas de compras públicas a projectos de I&D
- Repor a autonomia financeira das instituições de investigação
- Reforçar o programa Ciência Viva
- Reformar os Laboratórios do Estado e contratualizar as suas missões

Consolidar as finanças públicas

- Cumprir o Pacto de Estabilidade e Crescimento, sem receitas extraordinárias até ao final da legislatura
- Rever as normas de elaboração e aplicação do Orçamento de Estado no sentido da transparência e da eficácia no controlo da despesa
- Aprovar um programa plurianual de redução da despesa
- Apoiar uma revisão do Pacto de Estabilidade e Crescimento que favoreça o crescimento sem por em causa os objectivos da consolidação orçamental
- Combater a fuga e evasão fiscal: alterar o regime do sigilo bancário para efeitos fiscais em linha com as melhores práticas europeias
- Reforço da selectividade e qualidade do investimento público
- Simplificação, equidade e eficiência do sistema fiscal

Modernizar a administração pública e promover a eficiência

- Possibilitar a criação de empresas num só dia
- Criar o Cartão Único do Cidadão (reunindo BI, Contribuinte, SNS, Eleitor, Segurança Social)
- Criar o Documento Único Automóvel (reunindo Livrete e Registo de Propriedade)
- Introduzir a Informação Predial Única
- Lançar uma nova geração de Lojas do Cidadão e de Centros de Formalidades de Empresas
- Eliminar o duplo controlo notarial e registral
- Reduzir nos próximos 4 anos em 75 mil o número de funcionários públicos, com a regra de uma admissão por cada duas saídas (por aposentação ou desvinculação)
- Introduzir o regime de contrato nas novas admissões, salvo para funções de soberania
- Generalizar a gestão por objectivos e aperfeiçoar o sistema de avaliação
- Delimitar o conjunto de cargos dirigentes de nomeação política
- Efectivar a reforma da Acção Executiva
- Reforçar os meios e aperfeiçoar os poderes das entidades reguladoras

NOVAS POLÍTICAS SOCIAIS

Reforçar a coesão nacional, numa sociedade com menos pobreza e com mais igualdade de oportunidades, onde os instrumentos de coesão sejam também ferramentas para o crescimento e a modernização.

Educação

- Reduzir para metade o insucesso escolar no ensino básico e secundário
- Duplicar a frequência de jovens em cursos tecnológicos e profissionais
- Tornar obrigatório o ensino experimental das ciências no ensino básico
- Generalizar o ensino de inglês desde o 1º ciclo do ensino básico
- Tornar obrigatória a frequência de ensino ou formação para jovens até aos 18 anos
- Criar um sistema nacional de garantia de qualidade no ensino superior
- Não aumentar, a preços constantes, o valor das propinas
- Reformar o sistema de governo das universidades

Cultura

- Melhorar a cobertura territorial da rede de Bibliotecas Públicas
- Rever o sistema de apoio às artes do espectáculo
- Valorizar o investimento culturalmente estruturante, na negociação do próximo QCA
- Organizar um sistema de "passes culturais"

Mercado de trabalho e emprego

- Rever o código do trabalho, favorecendo a contratação colectiva
- Garantir o cumprimento do "mínimo anual de formação" para todos os trabalhadores
- Colocar 25.000 jovens/ano em estágios profissionalizantes
- Reforçar a parceria com as instituições da economia social

Protecção social e combate à pobreza

- Retirar 300.000 idosos da pobreza, através da criação de uma prestação extraordinária
- Aumentar em 50% os lugares disponíveis em creches e amas
- Rever a protecção na doença, eliminando as injustiças criadas pela actual legislação
- Reforçar o combate à fraude e evasão contributiva, nomeadamente com a criação de um sistema de monitorização das dívidas
- Ligação automática dos sistemas de saúde e segurança social para activação do subsídio de doença
- Reconhecimento de um estatuto de cidadania a quem tem fortes laços com Portugal

Saúde

- Facultar real apoio de saúde aos idosos, articulando centros de saúde, hospitais, unidades de cuidados continuados e instituições de apoio social, sob a forma de parcerias, em serviços comunitários de proximidade
- Facultar cuidados de saúde de proximidade em Centros de Saúde reestruturados, criando Unidades de Saúde Familiar
- Controlar o crescimento dos gastos em comparticipação de medicamentos através de protocolo com a indústria farmacêutica

Novas políticas para as famílias, igualdade e tolerância

- Promoção, na concertação social, das questões relativas à conciliação da vida familiar e pessoal
- Expansão da rede social de apoio e acolhimento das vítimas da violência doméstica
- Avaliação obrigatória do impacto de género de todas as iniciativas legislativas de iniciativa governamental
- Realização de novo referendo sobre a IVG nos termos anteriormente submetido a voto popular

Políticas de juventude

- Estimular e incentivar os associativismos juvenil e estudantil
- Incentivar a mobilidade geográfica dos jovens em Portugal e na Europa
- Apoiar o empreendedorismo jovem

QUALIDADE DE VIDA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Melhorar a qualidade de vida dos portugueses num

quadro sustentável de desenvolvimento, onde a qualidade ambiental, a defesa dos consumidores, a melhoria dos indicadores de bem estar seja uma realidade e onde a organização e coesão territorial seja, ela também, um factor de progresso do País.

Ambiente e qualidade de vida

- Aprovar uma nova Lei da Água
- Promover o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território e a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável

Política de cidades

- Relançar e reprogramar programas de intervenção urbana, como o POLIS e o PROQUAL
- Apresentar nova Lei do Arrendamento Urbano nos primeiros 100 dias do mandato
- Dinamizar a actuação das Sociedades de Reabilitação Urbana

5 áreas críticas para o desenvolvimento sustentável: Transportes, Energia, Turismo, Agricultura, Mar e Pescas

- Lançar a Rede de Alta Velocidade com o início da ligação Porto-Lisboa
- Concluir a rede de auto-estradas de acordo com o plano traçado pelo Governo PS
- Aprovar um plano nacional de ordenamento logístico
- Apostar nas energias renováveis tendo em conta as metas do protocolo de Quioto
- Elevar para 4500 Mw a meta de produção de energia eólica para o ano 2010
- Implementar Planos de Intervenção Turística (PIT) plurianuais
- Criar um novo quadro de apoio financeiro às empresas turísticas
- Estimular a certificação ambiental de produtos e empreendimentos turísticos
- Retomar o Programa de Novos Regadios e dinamizar o Empreendimento de Alqueva
- Criar um "Banco de Terras" a partir do património do Ministério da Agricultura
- Criar um Regime de Qualidade Nacional aplicável aos produtos agrícolas e agro-alimentares
- Executar um Plano Nacional de Desenvolvimento Florestal
- Defender o alargamento da plataforma continental, para além das duzentas milhas marítimas
- Criar áreas de desenvolvimento especializadas com vantagens comparativas no Mar, nomeadamente no campo da investigação científica e tecnológica e na gestão dos recursos vivos

Desporto

- Criar, em parceria, um Programa Nacional de Desporto para Todos
- Reforçar os cuidados e serviços médico-desportivos
- Criar um programa de detecção, apoio e preparação de jovens talentos

Defesa do consumidor

- Fomentar o alargamento da rede de Centros de Arbitragem de Conflitos de Consumo
- Assegurar a actuação efectiva da Agência para a Qualidade e Segurança Alimentar
- Reforçar a informação nutricional dos produtos alimentares

Modernizar a administração territorial autárquica

- Reformar o sistema de financiamento das autarquias
- Alterar o sistema de Governo das autarquias locais, de modo a assegurar executivos homogéneos
- Promover a adaptação territorial dos serviços desconcentrados dos diversos Ministérios, por forma a adoptar delimitações geográficas comuns, sob o princípio das cinco regiões-plano
- Criar um quadro institucional específico para as grandes áreas metropolitanas de Lisboa e Porto

Regiões Autónomas

- Promover a revisão do Estatuto de cada uma das regiões e das respectivas leis
- Garantir o pleno cumprimento da lei que estabelece as relações financeiras entre o Estado e as Regiões Autónomas

QUALIDADE DA DEMOCRACIA, CIDADANIA, JUSTIÇA E SEGURANÇA

Elevar a qualidade da nossa democracia, reforçando a credibilidade do Estado e do sistema político e fazendo

dos sistemas de justiça e de segurança instrumentos ao serviço de uma plena cidadania.

Modernizar o sistema político, qualificar a democracia

- Rever o sistema eleitoral para a Assembleia da República, tendo em vista a aproximação dos eleitores aos eleitos, com introdução dos círculos de um só candidato e salvaguarda do princípio da proporcionalidade

Comunicação Social

- Promover, com a maior brevidade, a criação de um novo órgão regulador dos media, independente dos poderes político e económico
- Estabelecer limites à concentração horizontal, vertical e multimédia
- Aplicar mecanismos que impeçam uma participação relevante do Estado, ainda que indirecta, em empresas do sector que não sejam a RTP e a RDP e a Lusa

Justiça

- Desenvolver e reforçar a rede dos julgados de paz
- Adotar programas especiais de redução de pendências em comarcas congestionadas
- Aperfeiçoar o Sistema Integrado de Informação Criminal
- Promover a revisão do Código de Processo Penal

Segurança interna e protecção civil

- Operacionalizar o Sistema de Comunicações de Emergência, Segurança e Protecção (SIRESP)
- Reduzir a sinistralidade rodoviária e aprovar a Carta de direitos dos peões
- Aumentar o nível de profissionalização, rever o sistema de financiamento e aprovar um plano de reequipamento
- Potenciar a intervenção da Agência para a Prevenção de Incêndios Florestais
- Aperfeiçoar o Sistema Integrado de Informação Criminal

PORTUGAL NA EUROPA E NO MUNDO

Valorizar o posicionamento do país no quadro internacional, quer no plano prioritário da União Europeia, quer no plano global, relançando a cooperação externa, valorizando a cultura e a língua portuguesa no mundo e construindo uma política de defesa adequada à nossa inserção na comunidade internacional.

Política externa e integração europeia

- Defesa de uma ordem internacional assente no multilateralismo
- Papel activo na preparação de uma nova agenda global, designadamente no âmbito do debate sobre a reforma das Nações Unidas e na promoção de "uma nova parceria para a paz e para o desenvolvimento"
- Assegurar a prioridade à ratificação do Tratado Constitucional
- Defender a orientação das Perspectivas Financeiras 2007-2013 e da revisão do Pacto de Estabilidade e Crescimento para a concretização da Estratégia de Lisboa
- Apoiar a abertura aos mercados e investidores externos
- Relançar a política de cooperação
- Valorizar a afirmação da cultura e da língua portuguesa no mundo
- Reforçar o nosso relacionamento político e diplomático, designadamente no espaço da CPLP
- Modernizar a rede consular, adequando-a à realidade actual das comunidades portuguesas

Defesa Nacional

- Reafirmar, no quadro multilateral, o empenhamento nas organizações internacionais e sistemas de alianças a que Portugal pertence
- Como membro da União Europeia, reafirmar o empenhamento no desenvolvimento da Política Externa e de Segurança Comum
- Consolidar e dar sustentabilidade à profissionalização das Forças Armadas, de modo a garantir o contingente necessário para o cumprimento das suas missões
- Reformar o modelo de organização da Defesa e das Forças Armadas, de modo a reestruturar o dispositivo e otimizar as condições de comando e controlo operacional

CONVENÇÃO NACIONAL DAS "NOVAS FRONTEIRAS"

O MELHOR DO PAÍS ESTÁ COM O PS

Um Governo liderado por José Sócrates voltará a ter o emprego e o combate à pobreza como prioridade das políticas económicas e sociais. A garantia foi deixada pelo secretário-geral socialista no passado sábado no encerramento da sessão pública de apresentação do Programa de Governo do PS, na Convenção Nacional do fórum "Novas Fronteiras", que teve lugar no Centro de Congressos do Estoril. "Nestas eleições há uma escolha entre continuidade e mudança, entre passado e futuro, entre resignação e esperança", afirmou o líder do PS, para quem "chega de incompetência, chega de episódios e chega de instabilidade. Entre a continuidade e a mudança ninguém pode hesitar", sustentou, para em seguida apresentar um programa eleitoral de "rigor, exigência, trabalho, vontade, energia e ambição para o futuro do país".



Considerando não ser possível fazer milagres, o líder socialista não se resigna e por isso reitera a promessa de criar 150 mil novos empregos até 2009, tantos quantos foram perdidos ao longo dos últimos três anos de "más políticas". Porque, para Sócrates, "cada desempregado é mais do que um algarismo na estatística. Para nós, cada desempregado representa um drama familiar e uma capacidade que se desperdiça", enfatizou.

No âmbito das políticas sociais, "não contem com o PS para governar sem coesão social", sublinhou o líder socialista referindo depois que "o combate à pobreza tem de voltar a ser uma prioridade". Aqui o objectivo é, no quadro de uma legislatura, retirar 300 mil idosos de situações de pobreza. "A pobreza dos idosos é aquela que não tem saída e que não tem voz. É a face mais dura da injustiça social", justificou. Na agenda económica, a pedra de toque do programa socialista é o "plano tecnológico" e as palavras chave a ele associadas: inovação, conhecimento e tecnologia. "O eixo central do crescimento para a próxima década tem por base o base o plano tecnológico para recuperar o atraso e modernizar o país" afirmou o secretário-geral do PS. Na estratégia delineada por Sócrates, para um desenvolvimento sustentável, figuram os compromissos de reduzir para metade o abandono escolar, incluir o inglês no ensino básico e uma forte aposta na ciência e tecnologia. "O que é verdadeiramente caro é a ignorância no país, não a educação" afirmou. Nas finanças públicas, o líder socialista teve duras críticas aos governos PSD/CDS-PP, acusando-os de terem proporcionado "um degradante espectáculo ao abusarem das receitas extraordinárias" para conterem o défice nos três por cento, tal como impõe o Pacto de Estabilidade e Crescimento da União Europeia.

Em relação à modernização da Administração Pública, Sócrates levará a cabo o processo de redução de 75 mil funcionários públicos em conjunto com as estruturas do sector. Desdramatizando as consequências da medida constante no programa eleitoral do PS de reduzir, em quatro anos, em 75 mil, o número de funcionários públicos, o líder socialista

afiançou que o processo não se fará "contra" o funcionalismo público. Queremos contar com a Administração Pública no esforço de modernização", frisou.

Perante as cerca de 2000 pessoas no Centro de Congressos do Estoril, José Sócrates deu dois exemplos de como vai combater a "sério" a burocracia. Passará a haver um cartão único que inclua os bilhetes de identidade, contribuinte, segurança social, saúde e eleitor e acabar-se-ão os dois documentos por cada automóvel. Será "um dois em um", gracejou.

A concluir a sua intervenção declarou que "Portugal precisa de um bom Governo, sério, competente e responsável" e nesse sentido concluiu que "o melhor do país está com o PS e deseja uma mudança política"

É o país que precisa de uma maioria absoluta do PS

O coordenador do programa eleitoral do PS apelou a uma maioria absoluta nas eleições de 20 de Fevereiro para garantir um governo estável e devolver a estabilidade a Portugal. "A abstenção é o nosso principal adversário nestas eleições", sublinhou António Vitorino no início dos trabalhos. A "Demagogia política na direita e mesmo na própria esquerda" foi também apontada pelo dirigente socialista como adversário a vencer. António Vitorino refutou as críticas dirigidas pelo líder do CDS/PP a José Sócrates, sobre a "exigência" da maioria absoluta, deixando explícito que o PS não "exige", antes pede para poder governar com estabilidade. "Na nossa opinião, são os problemas do país que exigem um governo forte, credível, e lutar para que Portugal tenha estabilidade", frisou. Para o ex-comissário europeu, "um tal governo só pode emergir de uma maioria absoluta do PS na Assembleia da República".

Lembrando que "é possível voltar a acreditar que Portugal é viável e vale a pena", Vitorino disse que "não há varinhas mágicas" e, por isso, os problemas não se podem resolver de um dia para o outro. No entanto, salientou que "não podem ser sempre os mesmos a pagar a factura", sobretudo quando são

"os que menos têm e por isso mais sofrem".

O constitucionalista Gomes Canotilho, mandatário nacional do fórum "Novas Fronteiras", a quem coube a intervenção inicial da Convenção, defendeu que é preciso um Governo capaz de "implantar uma cultura tecnológica", de forma a "impedir que Portugal se torne um país dispensável, exíguo e ultraperiférico", defendendo ainda o "reforço da cidadania social", no quadro de uma sociedade "inclusiva, que todos desejamos".

Por sua vez, o economista Manuel Pinho afirmou que a "obsessão" nos últimos três anos pelo défice, levou a que a economia se tenha "vingado", ou seja, "parou de crescer". "Portugal teve o mais baixo crescimento desde 1944", frisou, para em seguida desmontar algumas das propostas eleitorais inscritas no programa do PSD, como o objectivo de aumentar as exportações em 10 por cento, que classificou de "mirabolante" ou o crescimento de 5 por cento, que disse ser "vender banha da cobra".

E reafirmou que a redução das desigualdades, o crescimento e a consolidação das finanças públicas são objectivos centrais do programa do PS.

Resgatar a seriedade da acção política

Por sua vez, o constitucionalista Vital Moreira considerou que para fazer face a "um dos mais graves momentos de credibilidade da democracia", como aquele que atravessamos, o PS tem três desafios nas legislativas: "Resgatar a seriedade da acção política, restaurar a dignidade do Estado e devolver aos cidadãos a confiança na política e nas instituições".

Na sua intervenção, Vital Moreira defendeu ainda que um Governo do PS deve afirmar a "tradição republicana de forte dedicação à causa pública", em contraponto ao actual "discurso anarco-capitalista" da direita, que confunde o interesse público com os interesses particulares". Lembrando que daqui a cinco anos se comemora o centenário da implantação da República, deixou uma pergunta: "Como pode o PSD celebrar esta data se

acaba de fazer um acordo com o PPM?"

Manuel Alegre subiu à tribuna da convenção para afirmar que o PS não pede a maioria absoluta por "arrogância", mas em defesa da estabilidade e da democracia", sublinhando que "PS e PSD não são a mesma coisa, nem Sócrates é igual a Santana".

Na sua intervenção, o deputado socialista criticou a postura dos dois partidos à esquerda do PS, que teimam em ser "apenas contrapoder", lamentando que o PCP esteja a "fazer do PS o inimigo principal" e que o Bloco de Esquerda se "coloque na posição de uma pureza ideológica quimicamente pura, e com uma grande falta de humildade democrática".

Mas o grosso das críticas visaram o líder do PSD. "Por muito que Santana Lopes goste de fazer o papel de vítima, a vítima não é ele: a vítima são os portugueses, a vítima é Portugal", afirmou, lembrando que a herança de três anos de governação da direita "é um país cercado e parado, com milhões de falências, 500 mil desempregados, dois milhões de pessoas no limiar da pobreza, onde se fez uma contra-reforma global na política, na economia e principalmente nos direitos sociais".

A terminar, deixou o aviso: "Não há vitórias antecipadas, o poder não cai do céu, é preciso merecê-lo, conquistá-lo". Também o presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista Europeu, Martin Schulz, esteve presente na Convenção, onde afirmou que "a Europa precisa de um Governo socialista em Portugal, chefiado por José Sócrates", que defende que "as guerras preventivas não são um instrumento de política internacional".

Por entre elogios a António Vitorino e António Guterres, Schulz defendeu que é preciso "transformar a UEM numa União Social", acrescentando que o alargamento da União Europeia "não pode ser feito à custa da coesão". Entrevistaram também na Convenção Nacional Fernando Teixeira dos Santos, João Sentieiro, José Mariano Gago, Maria João Rodrigues, Maria Helena André, Júlio Machado Vaz, João Ferrão, Eduardo Oliveira Fernandes, Luís Braga da Cruz, Lídia Jorge, Jaime Gama, Eduardo Lourenço e Miguel Alves.

Fernando Teixeira dos Santos

"A economia está parada há vários, nunca tivemos tanta estagnação continuada e desemprego. É preciso colocar Portugal na rota do crescimento, da criação de emprego, e da redução das desigualdades"

João Sentieiro

"O grande salto registado na ciência e tecnologia nos seis anos de governação socialista foi interrompido, de forma ignorante e mediocre, pelo Governo da direita"

José Mariano Gago

"Vencer o atraso tecnológico do país, formar e qualificar vão ser prioridades de um futuro Governo do PS"

Maria João Rodrigues

"O nosso modelo de desenvolvimento está esgotado, sendo necessário um novo impulso estratégico que aposte na inovação e conhecimento"

Maria Helena André

"É preciso pôr em prática os princípios da Estratégia de Lisboa"

António Correia de Campos

"O Governo PSD/PP executou uma política hipermercantilista na área da saúde, sendo necessário reconstruir uma política de promoção da saúde, centrando-a no cidadão"

Júlio Machado Vaz

"A posição da direita na questão do aborto é de uma hipocrisia intolerável"

João Ferrão

"O PS foi inteligente ao colocar a qualidade ambiental e o ordenamento territorial no centro do modelo de desenvolvimento do país"

Eduardo Oliveira Fernandes

"Uma aposta forte na promoção das energias renováveis é condição indispensável para um verdadeiro desenvolvimento sustentado"

Luís Braga da Cruz

"É fundamental uma correcta descentralização política, bem como políticas activas, nomeadamente de combate ao desemprego, dirigidas a cada parcela de Portugal"

Lídia Jorge

"A cultura não é um espaço gastador, já que cria riqueza, cria acontecimentos, emprega pessoas, gera alegria e é um factor de equilíbrio e coesão"

Miguel Alves

"É preciso "cativar os portugueses pela alma, pela história, pela poesia, pela construção de um tempo melhor, restaurando o sonho, sem demagogias pela verdade"

Jaime Gama

"O compromisso com a Europa é uma marca do PS, aquela que distingue uma esquerda que tem capacidade de governar, e por isso a única que tem possibilidade de realizar transformações e mudanças"

Eduardo Lourenço

"A Europa foi sobretudo um espaço político de luta social, onde o socialismo é uma palavra prenhe de esperança"

FÓRUM "NOVAS FRONTEIRAS"

VOLTAR A CRESCER, REDUZIR E CONSOLIDAR AS FINANÇAS

O fórum "Novas Fronteiras" constituiu um acervo de ideias que enriqueceram em muito o programa com que o PS se apresenta às eleições de 20 de Fevereiro. A aposta fundamental no crescimento da economia é a solução para os problemas que Portugal enfrenta neste início de século. Esta ideia, aliás, foi central nas sessões realizadas nos dias 14, 15 e 16, em Lisboa, sobre dois grandes temas: "Uma agenda de crescimento para a próxima década" e "Novas políticas sociais para o século XXI".

O "plano tecnológico" – conhecimento, ciência e inovação – é o rumo traçado para melhorar a qualificação das pessoas e a competitividade, peças essenciais para o desenvolvimento económico sustentado do país. Uma nova geração de políticas sociais, que entroncam obviamente neste modelo que o PS pretende executar, figura também como prioridade socialista na resolução de situações de pobreza e exclusão com que Portugal se confronta.

Para reanimar a economia e repositonar o país na rota do crescimento sustentado serão precisos alguns sacrifícios. O PS sabe-o e reconhece-o, mas garante que tudo o que for pedido aos portugueses neste âmbito será racional, primará pela equidade e será levado a cabo num contexto de rigor, transparência e disciplina. Esta a ideia central deixada pelo dirigente socialista António Vitorino, na abertura da segunda série de debates do fórum Novas Fronteiras, dedicado ao tema "Uma agenda de crescimento para a próxima década".

Num encontro que reuniu nas instalações da FIL do Parque das Nações, em Lisboa, largas centenas de independentes, dirigentes socialistas e destacados economistas, Vitorino defendeu a introdução de reformas, frisando que "algumas delas não são necessariamente populares".

O ex-comissário europeu definiu como urgente o relançamento no nosso país de "uma estratégia de competitividade empresarial", embora "salvaguardando o modelo de coesão e solidariedade".

"Temos à nossa frente uma oportunidade única que não podemos desperdiçar", sublinhou, alertando que "o maior desafio" do momento é definir estratégias concretas e evitar "a tentação do ambiente

eleitoral", que é "favorável aos *soundbytes* e às frases assassinas".

"Temos de voltar a acreditar em nós próprios. Temos de voltar a acreditar em Portugal", resumiu o coordenador do fórum "Novas Fronteiras", para quem é preciso lançar as reformas necessárias não só no plano económico, mas também na inovação, na tecnologia e no sistema de Justiça.

A propósito do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) vigente na zona euro, Vitorino afirmou não ser este incompatível com uma estratégia de crescimento nacional, defendendo ainda a necessidade de lançar a discussão sobre as perspectivas financeiras da União Europeia (UE) para o período 2007/2013.

Novas políticas contra estagnação económica

O orador seguinte, Augusto Mateus alertou para o facto da consolidação das contas públicas ser "uma condição absolutamente fundamental para qualquer estratégia de crescimento, mas não suficiente", pelo que é preciso diminuir a despesa, iniciando de uma vez por todas "uma dura batalha para duas legislaturas". Depois de defender alterações em várias políticas da UE e de Portugal com vista a



evitar o risco da estagnação económica, o ex-governante afirmou haver "um problema português de crescimento", cuja resolução passa reconhecidamente pela consolidação orçamental, mas também por um conjunto de outras acções, tendo em vista o reforço da nossa competitividade.

Assim, o ex-ministro da Economia defendeu a reafectação dos recursos humanos na Administração Pública, a alteração da idade da reforma – no âmbito da qual precisou que se deve "dar um sentido útil à terceira e à quarta idade e reinventar o dinamismo demográfico" – e a alteração do comportamento do Banco Central Europeu (BCE), nomeadamente do seu mandato, no sentido de lhe dar mais responsabilidades, além do controlo da inflação.

Os corporativismos que limitam a inovação foram identificados como um obstáculo importante à concretização destas sugestões.

Crítico do predomínio da política monetária, com as outras contidas, Augusto Mateus concluiu que a resposta para desafios europeus não reside flexibilização das condições do PEC e sim a "coordenação central e estratégica das políticas macroeconómicas".

Nesta mesma linha de pensamento,

António Mendonça, docente do Instituto Superior de Economia e Gestão, considerou que a Europa está muito centrada na questão do seu alargamento, pelo que deverá voltar a uma estratégia de aprofundamento da integração e de uma procura mais activa na economia global, abrindo-se ao mercado.

Relativamente a Portugal, o académico afirmou-se convicto na necessidade do país assumir e tirar partido da sua condição de país-fronteira com o Atlântico, servindo de ponte comercial com o mundo lusófono, em particular com o Brasil.

"Devemos procurar também um potencial interno de desenvolvimento, fazendo aquilo que fazemos melhor", declarou, para depois debruçar-se sobre a necessidade dum "choque tecnológico" que se pautar por um estreitamento de relações entre o universo científico e tecnológico com o sector empresarial, chegando mesmo a propor a passagem da tutela da Ciência e da Tecnologia para o Ministério da Economia.

No painel dedicado a conhecer melhor as condições que propiciaram, na Irlanda, um fenómeno de crescimento económico sem precedentes, os estudiosos portugueses Vítor Martins e Manuel Heitor, ressaltando as devidas diferenças,

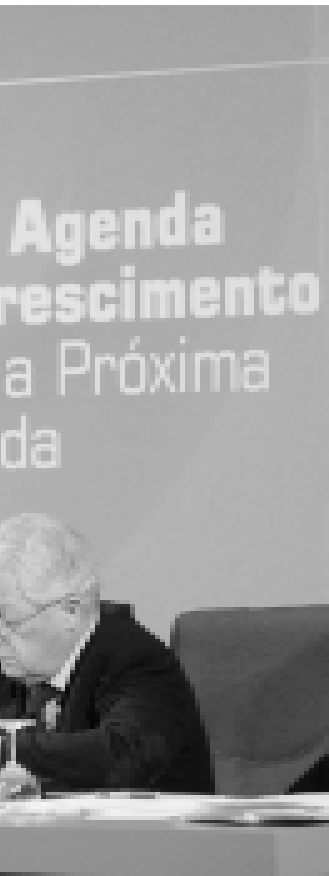
concordaram no essencial com a receita apresentada por Alan Barret, do Economic and Social Research Institute de Dublin, reafirmando a necessidade de, em Portugal, ser feita uma aposta clara e determinada em factores como a educação, o capital humano e a reforma do sistema fiscal, a credibilização das instituições e dos partidos, preocupando-se, porém, em criar mecanismos endógenos de crescimento para depender cada vez menos da solução temporária do investimento estrangeiro.

Dívida pública como critério fundamental do PEC

Já após uma breve resenha dos temas centrais que se discutem no âmbito da reforma do Pacto de Estabilidade e Crescimento apresentadas pelo espanhol Inigo Fernández de Mesa, o economista Jorge Santos sugeriu que fosse dado mais peso à dívida pública no contexto do controlo orçamental na zona euro.

Recorde-se que o PEC estabelece limites aos défices orçamentais e à dívida pública que os membros da zona euro podem apresentar. Os primeiros estão limitados a um valor inferior ao equivalente a três por cento do produto interno bruto (PIB) e a segunda em 60

AS DESIGUALDADES



Pina Moura defendeu uma reforma do PEC que não alente contra os pressupostos de um Estado Social Europeu, insurgindo-se contra o que classificou como "regras a la carte" para a inscrição de despesas. Já o presidente do Montepio Geral, José Silva Lopes, que moderou a sessão, usou da palavra antes do intervalo, para manifestar-se em desacordo com "aplicações automáticas" dos critérios do PEC uma vez que, alertou, "regras iguais, aplicadas a situações diferentes, geram desigualdades".

Assim, defendeu, é preciso que possa haver um afastamento das regras, garantindo sempre um sistema de controlo comunitário efectivo e uma definição clara das condições desse desvio.

Economistas defendem alteração na elaboração e controlo do OE

Os vários economistas participantes na sessão do dia 14 do Fórum Novas Fronteiras defenderam a introdução de mudanças no processo orçamental português.

João Amaral Tomás, ex-responsável da Representação Permanente portuguesa em Bruxelas, historiou a lógica do surgimento da contabilidade criativa, concluindo que esta tem sido empregue cada vez com mais insistência para "torner a constatação de um défice excessivo", tendo como consequência negativa a descredibilização do sistema,

dos governos e dos políticos.

Por contabilidade criativa entendem-se os expedientes empregues em vários países para apresentarem défices orçamentais dentro dos limites definidos no pacto de estabilidade e crescimento.

Durante a sua intervenção, Amaral Tomás considerou ainda que a situação é já insustentável e deve ser rapidamente saneada com a implementação de uma nova política orçamental baseada na transparência, na estabilidade, na responsabilidade, na integridade e na eficiência.

Já o docente universitário Álvaro Pina advogou a criação de novas regras orçamentais e implementação de reformas estruturais nos sectores que absorvem a despesa pública visando o imperioso controlo da mesma e o aumento da receita, através, nomeadamente, de um combate eficaz à evasão fiscal.

Sobre a "sustentabilidade orçamental no subsector local", o economista Rui Baileiras salientou a complexidade do Sistema Público Administrativo, defendendo que "é ao nível das finanças locais que se devem conquistar as pessoas para a mudança, com regras bem definidas para cada centro de custos".

A programação orçamental plurianual de fácil acesso público, a criação de regras de disciplina orçamental globais avaliadas no final dos mandatos, o reforço das capacidades financeiras próprias dos executivos e a revisão do limite de endividamento das autarquias, foram

algumas das soluções avançadas pelo economista da Universidade Nova de Lisboa.

Na síntese conclusiva deste último painel, Teodora Cardoso, assessora do Banco Português de Investimento, sustentou que a melhoria do processo orçamental, que se estende da preparação do Orçamento do Estado (OE) às operações de contabilização, apesar de não resolver "nada em concreto", permite no entanto "perceber a evolução da economia" e, dotando os decisores de "uma perspectiva mais próxima da realidade", pelo que deve ser uma prioridade, uma vez que permite "eliminar os artifícios contabilísticos que fazem perder a confiança no Pacto de Estabilidade e Crescimento, nos políticos e no País".

Segunda sessão de trabalhos

A segunda sessão de trabalhos do fórum sobre a agenda de crescimento para a próxima década decorreu em torno da discussão dos painéis "O papel do capital humano no crescimento da economia", "Novos modelos e um novo ambiente de negócios" e "Reformas estruturais e ajustamento orçamental em Espanha: o que fazer?", em que foi moderador o presidente da COTEC-Portugal, Francisco Murteira Nabo.

O primeiro orador, Luis Campos e Cunha, da Universidade Nova de Lisboa, defendeu que é necessário "melhorar os níveis de

qualificação e educação" dos portugueses, lamentando a propósito que as universidades e empresas "estejam de costas voltadas".

Já Miguel Lebre de Freitas, da Universidade de Aveiro, salientou que "os países onde há mais centros de excelência atraem com mais facilidade o capital humano", e defendeu que se deve "conferir mais autonomia à gestão e maior liberdade para se remunerar em função do desempenho".

Por sua vez, Miguel St. Aubyn, do ISEG, disse que "o crescimento económico do país nos últimos tem sido medíocre", salientando a necessidade absoluta de se "continuar a investir na educação, mas elevando a qualidade e melhorando a eficiência", ou seja, a relação recursos e resultados.

"Não há registo de um período tão prolongado de baixo crescimento da nossa economia" como o verificado nos últimos anos, afirmou o presidente da CMVM, Fernando Teixeira dos Santos, considerando ser "importante colocar na agenda o relançamento do crescimento do país" e "restaurar a confiança dos portugueses em torno de uma agenda reformista".

Já Anibal Campos, presidente da Silampos, sustentou que as "empresas devem ter uma cultura mais assente na inovação, na tecnologia e na produtividade", acrescentando que a "modernização" das PME é fundamental, já que "são a maior

>>>

por cento do PIB.

Assim, o docente do ISEG recomenda que o "critério fundamental" passe a ser a dívida pública, uma sugestão que decorre dos países estarem "a exagerar na imaginação" para procurarem cumprir o limite estabelecido para o défice.

Jorge Santos insistiu que "importa evitar o aumento contínuo do rácio da dívida em relação ao PIB", ou seja, a mudança do foco dos défices orçamentais anuais para o seu *stock* acumulado (dívida) continua a obrigar à disciplina dos primeiros.

A este propósito, o docente do ISEG sugere que se mantenha o limite dos três por cento do PIB, mas verificado num espaço temporal superior ao de um ano, como até agora.

Estes três por cento passariam assim a ser calculados como uma média ao longo de um determinado período.

Presente na mesma sessão, Joaquim Pina Moura propôs que se considerasse também a dinâmica apresentada pela dívida pública.

Exemplificou com o caso de Portugal, em que a dívida pública já excedeu o limite dos 60 por cento do PIB e apresentou nos últimos três anos uma espiral de crescimento que considerou "preocupante".



>>>

fonte de criação de emprego".

Por sua vez, o economista Luís Nazaré apontou a "inovação, através da fileira digital e do e-business, mais criatividade e uma melhor qualificação dos gestores", como aspectos fundamentais nos modelos de negócio, salientando que o Estado "tem de melhorar os serviços e criar um contexto amigo dos agentes económicos, reduzindo o excesso de carga burocrática".

Numa intervenção centrada na experiência espanhola, Guillermo de la Dehesa, presidente do Centre for Economic Policy Research, lembrou que a forte recessão no país vizinho em 93, que fez disparar o défice e o desemprego, motivou profundas alterações na política económico-financeira. Em consequência, explicou, a partir de 95 foram adoptadas regras fiscais bem definidas, o que levou à diminuição do défice espanhol.

A necessidade de ajustamentos orçamentais foi também realçada por João Ferreira do Amaral, do ISEG, que defendeu "a definição de um tecto para o crescimento da despesa pública a médio prazo". Também Rodolfo Lavrador, do Banco Simeón, do Grupo CGD, falou do caso espanhol, para sustentar a ideia de que "ajustamento orçamental e crescimento económico não são incompatíveis", acrescentando que se "deve evitar cair na tentação de se fazer ajustamento com recurso a receitas extraordinárias. Seria vender ao desbarato".

Combinar eficiência com ganhos na produção e comercialização

Durante a tarde, estiveram em discussão três painéis sobre produtividade, globalização e crescimento, que tiveram como moderador o professor Mariano Gago, do Conselho Coordenador das Novas Fronteiras.

O primeiro orador, Darin Acemoglu, do Massachusetts Institute of Technology, ao explicar a diferença de produtividade entre



países, referiu que os países mais avançados são aqueles que "conseguem maiores ganhos de eficiência no capital humano, no capital físico, e num bom uso das novas tecnologias", o que induz ao aumento da produtividade, e, em consequência, ao progresso e crescimento económico.

Já Egas Salgueiro, da Universidade de Aveiro, apontou alguns condicionalismos que entram a produtividade e o crescimento económico do país, como, por exemplo, "a falta de eficiência na cobrança de dívidas, a lentidão do sistema judicial e a economia informal que reduz

as receitas fiscais e distorce a concorrência".

Por sua vez, o deputado socialista João Cravinho afirmou que "o uso eficiente das tecnologias existentes é fundamental nos próximos tempos", sublinhando que "temos de combinar o aumento da eficiência na produção e comercialização". Face à globalização, para o ex-ministro das Finanças do Brasil, Pedro Malan, "é preciso entender os processos de mudança em curso", apontando como "ideal" para responder aos desafios actuais três características: liberdades individuais, justiça social e eficiência na

esfera pública e no sector privado.

Formação de base, formação profissional, marketing, design, criação de um clima de risco, bom uso das tecnologias, foram alguns dos factores apontados por Correia de Campos, ex-ministro da Saúde, para fazer face com êxito aos desafios da globalização, numa intervenção em que propôs ainda que um futuro Governo do PS antecipe as indústrias que podem ser deslocadas a médio prazo e prepare medidas para impedir que isso venha a concretizar-se.

Por seu turno, o professor Alberto Castro referiu-se aos efeitos da globalização nos

mercados que "não podem ser ignorados", salientando que "as empresas num mundo globalizado diferenciam-se pelas fileiras serem bem organizadas". E sustentou que "é preciso alargar a classe empresarial" e "olhar com mais atenção os centros de investigação".

O porta-voz do PS para os assuntos económicos, Manuel Pinho, definiu como objectivos para a próxima década "voltar a crescer, reduzir as desigualdades e consolidar as finanças públicas de forma sustentada". Três objectivos que, adiantou, devem ser atingidos em simultâneo.

Depois de passar em revista os efeitos negativos na nossa economia dos últimos três anos de governação da direita, que provocaram "uma depressão colectiva", Manuel Pinho defendeu que uma agenda de crescimento tem de ser "um conjunto bem articulado de políticas", visando uma maior eficiência, como seja um plano tecnológico, bom ambiente de negócios, concorrência, investigação e desenvolvimento e aumento da produtividade.

Na mesma linha, Rui Guimarães, da COTEC-Portugal, referiu que "o aumento da competitividade depende cada vez mais da inovação", acrescentando ser necessário "mais investigação e desenvolvimento nas empresas e universidades".

Também o economista Lino Fernandes sustentou que deve ser dada "prioridade à ciência, educação, tecnologia e investigação", afirmando, por outro lado, ser "chocante" que Portugal seja o país com menos painéis solares da UE.

Já Jorge Armindo, da Portucel, apontou como "preocupante" a "persistência do desequilíbrio das contas públicas" e como "urgente" uma "reforma da Administração Pública".

A ex-ministra do Emprego e Qualificação Maria João Rodrigues defendeu que uma agenda de crescimento tem de "pôr um acento tónico mais forte na tecnologia, conhecimento e inovação", e ainda que "temos de saber em que áreas é que Portugal tem mais hipóteses de se afirmar".

MARLY RODRIGUES/J.C. CASTELO BRANCO

RESTAURAR A CONFIANÇA DOS PORTUGUESES

José Sócrates considerou uma "leviandade, falta de decoro e irresponsabilidade" que o PSD venha agora afirmar que pretende "recuperar" o choque fiscal. "É absolutamente inacreditável que um partido que ganhou as eleições (em 2002) com uma promessa que não cumpriu, venha agora apresentar as mesmas propostas", criticou.

O secretário-geral do PS, que falava na sessão de encerramento do Fórum "Novas Fronteiras" sobre "Uma agenda de crescimento para a próxima década", aproveitou para explicar porque é, no actual quadro, contra a reposição dos benefícios fiscais a meio do ano fiscal.

"O que foi feito no Orçamento de 2005 foi um erro, que deu sinais errados, de incentivo ao consumo e não à poupança. Foi uma baixa de impostos demagógica. Mas para corrigir esse erro, devemos ser inteligentes, não acrescentar a esse erro outro erro", disse, adiantando no entanto que, caso o PS vença as legislativas, no OE de 2006 será dado um "sinal claro" para o incentivo à poupança.



Na sua intervenção, José Sócrates afirmou que o PS pretende "promover uma mudança política em Portugal", restaurando a "confiança" dos portugueses, que precisam voltar a sentir que "há um rumo para o desenvolvimento do país e um Governo credível, com pessoas capazes". Neste quadro, sustentou que o país tem de escolher entre dois caminhos, ou seja, entre "a seriedade e responsabilidade" ou a "demagogia e facilidade". E voltou a reafirmar que "a agenda económica do PS é a agenda do crescimento", com base num plano tecnológico assente em três pilares: conhecimento e inovação, cultura de risco e tecnologia.

Segundo sublinhou o líder socialista, é necessário "relançar o investimento em Portugal" — criando para o efeito "um ambiente amigo das empresas" —, apostando em projectos no campo do ambiente, energia, ferrovia e rodoviária, que "terão de ser fundamentalmente privados, dadas as restrições orçamentais".

COLOCAR A LUTA CONTRA A POBREZA NO CENTRO DA ACÇÃO POLÍTICA

A necessidade de colocar de novo o combate às desigualdades e pobreza na primeira linha da agenda política, através de políticas públicas activas de promoção da coesão social e da inserção plena, a começar pelo trabalho, no quadro de um compromisso com o aprofundamento da cidadania, foram as notas dominantes das intervenções dos participantes do Fórum Novas Fronteiras, dedicado às “Novas políticas sociais para o século XXI”.

O combate à fraude na Segurança Social, através do reforço dos mecanismos de fiscalização, será uma das prioridades de um Governo do PS. O anúncio foi feito por José Sócrates, no dia 16, na sessão de abertura do Fórum, onde explicou que esta medida permitirá “a poupança de 500 milhões de euros por ano”.

Referindo que o apertar do cerco à fraude deve abranger o “combate à evasão nas contribuições e à fraude nos subsídios de desemprego e no subsídio de doença”, considerou ser “imoral que alguém se aproveite destas prestações sociais”.

Na sua intervenção, o líder do PS reafirmou a aposta de um futuro Governo socialista de “reduzir a pobreza nos idosos”, através da criação de uma prestação extraordinária destinada aos cerca de 300 mil pensionistas que recebem as pensões mínimas e que vivem abaixo do limiar da pobreza. E estimou em 200 milhões de euros por ano o esforço financeiro para alcançar esse objectivo, que será “atingido em velocidade de cruzeiro ao longo de quatro anos”.

“Queremos tirar 300 mil idosos da pobreza, dar a garantia de que viverão pelo menos com 300 euros por mês”, afirmou, para sublinhar em seguida que “são pessoas que não têm condições para alterar a sua situação de pobreza”.

Considerando ser “inaceitável” o número de cidadãos que vive abaixo do limiar de pobreza, José Sócrates referiu que em Portugal a percentagem de pessoas com mais de 65 anos que está nesta situação é de cerca de 33 por cento, enquanto a média da União Europeia é de 18 por cento.

E aproveitou para explicar que, segundo o Eurostat, o limiar da pobreza corresponde “a 60 por cento do salário mediano por habitante”, o que faz com que em Portugal “o limite de exclusão rode os 300 euros”.

Por outro lado, o líder socialista criticou ainda a promessa do Governo de maioria PSD/CDS-PP de fazer convergir as pensões mínimas (pensão social, pensão mínima do regime geral e pensão dos trabalhadores agrícolas), com o salário mínimo nacional. “É uma falsa ideia aquela de que estamos a aproximar-nos dessa convergência”, disse.

Segundo José Sócrates, “colocar todos esses pensionistas ao nível do salário mínimo custaria dois mil milhões de euros por ano”, o que, sustentou, “significaria

pôr em causa as contas públicas e a sustentabilidade das políticas de segurança social”.

Na sua intervenção, José Sócrates enumerou ainda alguns dos principais pontos em que assenta a nova geração de políticas sociais do PS, que “não se resigna com a pobreza”, referindo, nomeadamente, a necessidade de “quebrar o ciclo da perpetuação de geração familiar da pobreza, dando prioridade ao pré-escolar”, a “diminuição do risco estratégico de exclusão, não deixando ninguém para trás, através da aprendizagem e conhecimento”, e o imperativo de “assegurar a sustentabilidade das políticas sociais, dando prioridade à diferenciação positiva, apoiando mais quem mais precisa”.

Outros dos objectivos das políticas sociais do PS passam, segundo Sócrates, por “reforçar a eficácia das políticas, apostando no rigor e na proximidade, contratualizando com as instituições que estão mais próximas das pessoas”, “caminhar solidariamente com todos, combinando a universalidade com a diferenciação a favor dos mais frágeis”, e “promover a igualdade como princípio da coesão, impulsionando a igualdade de género”.

Diferenciar as políticas de emprego

No âmbito do fórum, o primeiro painel, moderado pelo dirigente do PS Vieira da Silva, foi dedicado ao “Emprego e Protecção Social”. João Prouça, líder da UGT, um dos participantes, realçou que “o crescimento económico é fundamental”, o que passa, nomeadamente, pelo aumento da produtividade e por políticas activas de emprego e formação. E defendeu o reforço da negociação colectiva, a revisão do Código do Trabalho, o alargamento do ensino secundário e incentivos à permanência voluntária do trabalhador em idade de reforma no mercado de trabalho. Por sua vez, Maria João Rodrigues sublinhou que é preciso “deixar de pôr em contração o emprego e produtividade”, sendo necessário “diferenciar as políticas de emprego”.

A ex-ministra do Emprego e Qualificação de António Guterres apontou depois as áreas



onde Portugal “pode criar mais e melhores empregos”, dando como exemplos o têxtil e o calçado, “acrescentando mais valor, com o *design* e o *marketing*”, as indústrias automóvel e dos moldes, as tecnologias de informação, as biotecnologias, o turismo, “desenvolvendo a indústria do lazer” e os serviços de apoio à terceira idade, “que podem atrair cidadãos de outros países”.

Maria João Rodrigues defendeu ainda a necessidade de se “lançar um processo alargado de aprendizagem e formação ao longo da vida”.

Já o professor universitário José João Abrantes sublinhou que é preciso defender o sistema público de Segurança Social, que “tem gerado um sistema sustentável”, através da “reavaliação das fontes de financiamento, do combate à fraude e da recuperação da dívida acumulada do Estado”.

José João Abrantes mostrou-se favorável a “políticas activas de emprego, para promover a empregabilidade”, e salientou que a “falta de produtividade não está nos direitos dos trabalhadores, mas em outros factores, como, por exemplo, a organização das empresas”.

Também o economista Pedro Marque sustentou que o sistema público de protecção social é viável, defendendo para o efeito a necessidade de “assegurar a sustentabilidade financeira, elevar os níveis de emprego e produtividade, prevenir a exclusão social, garantir benefícios justos e sustentáveis a toda a população, apostar no aumento das poupanças individuais e reforçar a moralização e transparência na Segurança Social”.

“Exclusão social, igualdade e cidadania” foi o segundo tema em discussão, que contou com a participação de três professores universitários, que sublinharam a importância fundamental de políticas públicas activas de combate à exclusão e pobreza. O primeiro orador deste painel, Fernanda Rodrigues, insurgiu-se contra “o alto grau de suportabilidade da pobreza e exclusão” que grassa na nossa sociedade.

Por outro lado, referiu que era preciso saber e quantificar “o custo das políticas sociais, mas também o custo da ausência destas políticas”, defendendo que é fundamental “centrar as políticas sociais na lógica dos direitos” e “recolocar os direitos na esfera pública”. Fernanda Rodrigues defendeu ainda a “refundação” do Rendimento de Inserção Social, que “virou instrumento estigmatizante” no consulado de Bação Félix.

Políticas de promoção da igualdade de género

Numa intervenção centrada nas políticas para a igualdade de género, a professora Lígia Amâncio denunciou o “terrível recuo” nesta matéria verificado no últimos dois anos, através de “políticas neutras” convidando, por exemplo, as mulheres ao trabalho parcial.

Referindo que o mercado de trabalho em Portugal “é hostil à maternidade”, sustentou que “a efectivação da igualdade de género tem de ser uma responsabilidade do Estado”.

Por seu turno, o professor José Manuel Henriques defendeu a necessidade de se colocar com mais visibilidade na agenda política a Estratégia de Lisboa, que tem como um dos seus objectivos centrais a “redução da exclusão social”. E sublinhou que entre 1995 e 2002, durante a governação socialista, “Portugal se diferenciou pela positiva, ao manter viva a luta contra a pobreza”, através de medidas como a criação do rendimento mínimo e do mercado social de emprego, entre outras.

Coube a Edmundo Martinho, presidente da União das Mutualidades Portuguesas, fazer a intervenção inicial do painel “Coesão Social – responsabilidades do Estado e papel das ONG’s”, em que foi moderador o jornalista Jorge Wemans. Referindo que “o Estado deve ser o primeiro a garantir os direitos sociais das crianças, idosos e pessoas com deficiência”, Edmundo Martinho defendeu que a relação entre o Estado e

as ONG’s deve ser fundada na “transparência, assegurando que a qualidade das prestações se centre no interesse do cidadão e não da instituição”.

Por sua vez, Ana Maria Braga da Cruz, que falou em nome do padre Jardim Moreira, presidente da Rede Antipobreza, que não pôde estar presente, defendeu ser preciso “delinear um novo projecto de cidadania, em que uma cultura da igualdade seja aprofundada e posta em prática” e que é urgente “colocar a luta contra a pobreza no centro da acção política”.

Uma “aposta clara” na educação especial, com regras bem definidas quanto aos apoios económicos, foi reclamada pela presidente da Fenacerci, Julieta Sanches, que salientou o facto de o movimento associativo ser “o único que cria emprego e contribui para diminuir a exclusão social”.

Outro dos oradores, Manuel Domingos, presidente da Humanitas, numa intervenção focalizada nas preocupações das IPSS, rejeitou “uma solidariedade aos soluços e a duas velocidades”, sublinhando que as instituições de solidariedade “sempre se deram mal com governos de ‘praxis’ neoliberal”.

Já David Machado, presidente da Animar, defendeu a necessidade de “um projecto de lei-quadro que regule as relações entre o Estado e os movimentos cívicos”, reclamando que estas organizações “tomem parte no processo de decisão política ao nível central e local”.

Por sua vez, o provedor da Santa Casa da Misericórdia de Santarém, Garcia Correia, realçou o trabalho desenvolvido da instituição que dirige. “A Misericórdia tem 13 valências na área social, que vão desde as crianças em risco, até aos idosos, passando pela gestão ATL, creches, jardins-de-infância e lar de acamados”, disse. Nessa linha, defendeu que “o Estado deve incentivar, apoiar e orientar as instituições dotando-as dos meios financeiros necessários à prossecução dos seus fins”.

J. C. CASTELO BRANCO

A CULTURA NO CORAÇÃO DAS POLÍTICAS DO PS

A ideia de que a cultura é uma aposta central do PS, no âmbito de uma política de desenvolvimento do país centrada no conhecimento, qualificação, educação e inovação, foi reafirmada por José Sócrates, em mais uma sessão do Fórum "Novas Fronteiras", subordinada ao tema "Os novos desafios da política cultural", em que também defendeu o apoio à criação, designadamente nas áreas do livro e leitura e cinema e audiovisual.



Falando perante uma vasta plateia constituída por pessoas das várias áreas do mundo da cultura, o líder socialista sublinhou que "as políticas culturais estão no coração das políticas públicas do PS, adiantando que é preciso "inverter o declínio político em que a área cultural caiu nestes últimos três anos, com cortes orçamentais irresponsáveis".

Saliendo que o investimento na cultura "não é desperdício", já que "melhora os indicadores do desenvolvimento", José Sócrates assegurou que um futuro Governo

socialista terá como objectivo "aumentar o investimento de forma a criar uma maior procura de bens culturais, através, nomeadamente, da criação de um passe social e de equipamentos culturais que possam dispor de programas educativos". "Não nos podemos resignar à ideia de que o Estado só deve circunscrever a sua acção ao património cultural", disse, defendendo que deve ser dado "apoio à criação, nas áreas do livro e leitura e cinema e audiovisual".

Lídia Jorge, a primeira oradora do debate moderado por Augusto Santos Silva, procurou desmontar a ideia de que "a cultura é uma área gastadora", sublinhando que, pelo contrário, "a cultura é um campo produtor, já que cria riqueza, alegria, confiança, e melhora a imagem do país no exterior". Referindo que "é uma cultura de subdesenvolvimento olhar-se a cultura como um campo gastador", a escritora apontou três grandes desafios na área cultural:

"criação de interfaces no audiovisual e multimédia, incremento do livro e da leitura e internacionalização da cultura e língua portuguesa".

Na mesma linha, Rui Vieira Nery afirmou que "a cultura é uma actividade produtora e lucrativa", defendendo que o Ministério da Cultura deve procurar "fazer sinergias com outros ministérios, bem como parcerias com as autarquias". O ex-secretário de Estado da Cultura do Governo do PS considerou ainda que é preciso

pôr fim a "uma cultura de irresponsabilidade do Estado em relação aos agentes culturais, pagando a tempo e horas os subsídios".

De salientar as intervenções de Manuel Maria Carrilho, Eugénio Lisboa, Isabel da Nóbrega, Jorge Couto, Carlos Fragateiro, Carlos Pinto Coelho, Maria João Seixas, Teresa Ricou e Nuno Júdice, entre muitos outros, de altíssima qualidade e vivacidade, o que prendeu ao longo de mais de três horas a numerosa assistência.

J. C. CASTELO BRANCO

SOCIALISTAS DEFENDEM "CLUSTER" DA SAÚDE NA REGIÃO DE BRAGA

A possibilidade de criação de um "cluster" nas tecnologias da saúde ancorado na Universidade do Minho, numa óptica de desenvolvimento integrado da região, foi uma das ideias consensuais da sessão das "Novas Fronteiras", promovida pelo PS em Braga. Para além deste desígnio, avançado pelo ex-reitor da Universidade do Minho, Machado dos Santos, os participantes concordaram na necessidade de se manter o concurso público para o novo hospital de Braga, lançado pelo actual Governo na modalidade de parceria público-privada.

O debate, realizado no dia 15 no auditório da Escola de Música Calouste Gulbenkian, contou, ainda, com a participação do cabeça de lista do PS por Braga, António José Seguro, dos ex-ministros da Economia e da Saúde Braga da Cruz e Correia de Campos, do deputado António Braga, — que

coordenou —, de Lino Mesquita Machado, ex-gestor hospitalar, e do médico José António Fernandes.

No que toca ao "cluster" (aglomerado) das novas tecnologias — projecto imediatamente abraçado por António José Seguro numa óptica de desenvolvimento integrado da região —, Machado dos Santos considerou que ele se basearia nas valências e laboratórios do curso de Ciências da Saúde, mas abrangeria outras escolas do sector, empresas privadas e capitais públicos. Sobre a construção do novo hospital de Braga no modelo de parcerias público-privadas, Correia de Campos lembrou que a opção por este modelo se deveu ao facto de "não haver dinheiro no anterior Governo".

O ex-ministro, que confessou ter mudado de posição no que toca à participação do sector privado na área da saúde, frisou que, se houvesse agora



alteração do modelo de concurso, passar-se-iam mais alguns anos até que a sua construção arrancasse.

António José Seguro sustentou que "o Minho tem massa crítica suficiente para sustentar um projecto de desenvolvimento integrado" e apelou a "uma cultura de responsabilização" do Estado e dos cidadãos, como forma de suportar uma nova fase de recuperação do país. E alertou que, embora tudo indique que é possível que os socialistas ganhem, as eleições ainda não se realizaram.

No período de debate, alguns dos médicos e profissionais do sector presentes defenderam o fim do actual modelo de gestão dos centros de saúde, criticaram os médicos do sector público, por apenas trabalharem de manhã, e pediram reformas diversas, entre as quais a da unificação, num só, dos 28 sistemas de protecção estatais existentes.

SÓCRATES NO CACÉM

NO PS NINGUÉM TEM VERGONHA DO SEU LÍDER

A estabilidade política em Portugal passa por uma maioria absoluta do PS, reafirmou José Sócrates no jantar - comício de ontem à noite no Cacém. Perante várias centenas de pessoas, o secretário-geral do PS sublinhou também que nas eleições de 20 de Fevereiro "a escolha essencial é entre a incerteza, a confusão e o passado, ou a proposta de mudança e de futuro".

"O único partido que se apresenta com coesão, que tem todos os seus antigos líderes empenhados na campanha é o PS. No nosso partido não somos todos iguais, mas ninguém tem vergonha do seu líder", declarou Sócrates.

Na mesma linha de raciocínio, o secretário-geral do PS considerou que "os portugueses que querem uma mudança deverão concentrar os seus votos no Partido Socialista, porque a questão central é que o país precisa de um Governo para quatro anos".

Sobre o PSD disse que este partido "é uma força instável, envolvido numa luta interna para saber quem vai liderar o partido" depois das legislativas.

Por sua vez, Jorge Coelho acusou Pedro Santana Lopes de pretender "fazer na campanha eleitoral o debate sobre os debates na televisão", tentando criar "um incidente por dia".

"Querem tentar que os portugueses se esqueçam dos três anos de trapalhadas, mas estão muito enganados", afirmou, apelando igualmente ao voto útil no PS.



"Os programas eleitorais do Bloco de Esquerda e do PCP até podem ter coisas interessantes, mas é preciso que os eleitores concentrem os seus votos no Partido Socialista e que percebam que os partidos não são todos iguais", observou.

Na sua intervenção, Jaime Gama aludiu também à instabilidade interna existente no PSD que antecipa já a sucessão na liderança e procura de um candidato à presidência da República.

"É Mota Amaral, Marcelo Rebelo de Sousa ou Cavaco Silva", questionou o cabeça de lista socialista por Lisboa,

para quem a promessa de "um choque de gestão em Portugal nos próximos quatro anos é irreal".

"Se há área em que o PSD não tem autoridade moral para prometer é na gestão, porque o Governo de Pedro Santana Lopes nem sequer se soube gerir a si próprio", considerou, recebendo uma grande ovação.

Já Edite Estrela acusou o Executivo de coligação demérito de estar envolvido na campanha eleitoral e de andar a inaugurar "obra alheia", como é o caso do Tribunal de Sintra, "cujo projecto partiu de um Executivo socialista".

SEGURO EM AMARES

DAR RESPOSTA AOS PROBLEMAS SOCIAIS

O cabeça de lista socialista por Braga, António José Seguro, afirmou que, ao contrário do PSD e PP que "passam a vida a tentar descobrir quem é o seu verdadeiro adversário", o PS há muito que "definiu o desemprego como o seu adversário principal".

"Temos de combater o desemprego, valorizando uma política de emprego e de resposta aos problemas sociais", defendeu, salientando que os portugueses terão de escolher, a 20 de Fevereiro, entre "uma nova esperança", ou uma política de "mais do mesmo".

O candidato socialista falava no passado dia 24 durante um jantar de militantes promovido pela Concelhia de Amares, e no qual participaram, além dos restantes membros da lista, o presidente da federação, Joaquim Barreto, o presidente da Câmara, José Barbosa, e o líder concelhio, Domingos Júlio.

Para Seguro, nas eleições legislativas, "não há duas escolhas: ou um primeiro-ministro que dê uma nova esperança aos portugueses, José Sócrates, ou outro que não se dá ao respeito, nem no interior do seu próprio partido, Santana Lopes", acrescentando que "quem quiser mais desemprego vota PSD".



Depois de enumerar várias outras razões para pedir o voto no PS, Seguro solicitou uma maioria absoluta, coisa que os socialistas nunca obtiveram, "para que seja possível ultrapassar com estabilidade a difícil situação em que o país se encontra".

Na sua intervenção, António José Seguro também não esqueceu a recente aparição de Marcelo de Sousa na pré-campanha, sustentando que o ex-comentador da TVI

"participou num comício do PSD não para apoiar Santana Lopes, mas para preparar eleições, internas ou externas". "É sintomático que, no seu discurso, Marcelo Rebelo de Sousa não tenha referido uma única vez o nome de Santana Lopes, limitando-se a apelar ao voto no partido", afirmou, sublinhando que, muito provavelmente, Marcelo estaria a pensar num futuro Congresso do PSD ou nas eleições presidenciais.

CN APROVA PROGRAMA

O programa eleitoral com que o PS se submeterá às legislativas de 20 de Fevereiro, foi aprovado na reunião da Comissão Nacional do passado dia 21 de Janeiro, sem votos contra. "Nós somos a mudança" garantiu José Sócrates ao abrir os trabalhos, afirmando que o documento comporta uma "proposta política modernizadora para o país".

Iniciando a sua intervenção por sublinhar a grande participação de cidadãos na construção do programa eleitoral, designadamente através da realização dos fóruns temáticos das "Novas Fronteiras", José Sócrates enumerou depois os eixos em que este se move: combate ao desemprego, luta contra a pobreza, crescimento económico alicerçado no "plano tecnológico", no investimento, no conhecimento, na inovação, na formação e em políticas de qualidade de vida e desenvolvimento sustentado. O líder socialista prometeu levar a cabo, na campanha, um discurso de "rigor e seriedade que dê uma suplemento de alma e esperança", tendo sustentado que o PS está agora em "condições de retomar o discurso de alternativa". O ex-comissário europeu António Vitorino, responsável pela elaboração do programa eleitoral intitulado "Compromisso de Governo para Portugal", expôs os pontos essenciais do documento: uma estratégia de crescimento para a próxima década, novas políticas sociais, qualidade de vida e desenvolvimento sustentado, qualidade da democracia e Portugal na Europa e no mundo. Coube a Jorge Coelho, na sua qualidade de director operacional de campanha, descrever a programação de campanha do secretário-geral do PS. Obreiro de outras vitórias, garantiu "Está tudo preparado e definido, só falta a campanha e ganharmos as eleições com a maioria absoluta".

SÓCRATES ENCONTRA-SE EM BRUXELAS COM GRUPO SOCIALISTA E BARROSO

O secretário-geral do PS, José Sócrates, encontrou-se ontem, em Bruxelas, com o presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, e discursou perante os deputados do Grupo Socialista do Parlamento Europeu.

A ida do secretário-geral do PS à sede das instituições, serviu dois propósitos. Por um lado, abordou o programa da Comissão Europeia para o próximo ano e discutiu a aplicação da Estratégia de Lisboa com Durão Barroso. Por ironia do destino, foi preciso o anterior primeiro-ministro português ir para Bruxelas para compreender a real importância da Estratégia de Lisboa, que desvalorizou durante os anos em que foi este à frente do Governo de Portugal. Além disso, tem agora de admitir também que, no âmbito da Estratégia de Lisboa, os investimentos realizados para atingir alguns daqueles objectivos, designadamente o investimento em formação e educação e em ciência e tecnologia, não entrem na contabilidade do Pacto de Estabilidade e Crescimento, tal como o PS sempre defendeu e o PSD contestou.

O convite para discursar perante o Grupo Socialista partiu do próprio presidente, Martin Schultz, que no passado sábado esteve presente na Convenção das Novas Fronteiras para apresentação do programa de Governo do PS. O discurso de Sócrates perante o Grupo Socialista, foi também uma forma dos deputados europeus conhecerem melhor o candidato a primeiro-ministro de Portugal. Relativamente ao presidente da Comissão, o presidente do Grupo Socialista afirmou que "Durão Barroso terá de mostrar que é presidente da toda a Europa e não apenas da direita europeia", e considerou que a apresentação do programa do Executivo comunitário é o teste mais significativo por que passará desde a sua investidura em Novembro passado.

De referir ainda que, antes de regressar a Portugal, José Sócrates participou um jantar com a comunidade portuguesa na Bélgica.

PS GARANTE CAMPANHA COM ELEVÇÃO

O PS conduzirá a campanha eleitoral com elevação e superioridade. A garantia dada por José Sócrates em Portimão, no jantar comício de apresentação da lista do PS por Faro. "Não vou por aí" disse, referindo-se às campanhas baseadas em "mentiras, calúnias e ataques pessoais".

Numa intervenção repleta de críticas ao Governo, o líder socialista afirmou que o "primeiro-ministro perdeu a credibilidade" e que o seu frenesim promitente "mina e desprestigia a política e a democracia", para em seguida considerar: "Um governo neste momento deve ser sóbrio", exactamente o contrário do que está a suceder. Segundo José Sócrates, a campanha levada a cabo pelo PSD "não dá votos, dá descrédito".

Instado depois, pela SIC Notícias, a dizer se aceitava o pedido de desculpas apresentado por Santana Lopes pelas suas caluniosas declarações sobre a nomeação do antigo chefe de gabinete de Sócrates para Inspector-geral do Ambiente, o secretário-geral socialista recusou-as uma vez que elas se ficaram pela "forma e não pelo conteúdo". "Espero que o dr. Santana Lopes peça desculpas pelo que disse, pelo conteúdo que é calunioso", afirmou.



WORLDWIDE EQUUS

150,000
EQUUS READER

THE EQUUS READER



JOÃO FERRÃO AO "ACÇÃO SOCIALISTA"

"O FUTURO DAS SOCIEDADES GANHA NA LUTA PELO CONHECIMENTO"

Cabe aos investigadores e aos cientistas darem uma base técnica à argumentação utilizada na política, e, por isso, João Ferrão considera que "não pode haver discursos políticos sem serem simultaneamente sólidos do ponto de vista da argumentação técnica". Em entrevista ao "Acção Socialista", este professor e investigador do Instituto de Ciências Sociais e membro independente do Conselho Coordenador das "Novas Fronteiras" defende em toda a linha o plano tecnológico e a ligação que Sócrates faz entre ordenamento do território e desenvolvimento sustentável porque essa é a "visão estratégica do futuro".

Qual a importância da participação de cidadãos independentes em iniciativas do género fórum "Novas Fronteiras"?

É preciso salientar que a ideia inicial teve de ser alterada. Na minha opinião, a filosofia inicial era correcta. Tratava-se de um processo longo que incluía um debate aberto, e dado que era pensado a seis ou sete meses pressupunha e previa um processo de amadurecimento colectivo. E isso é importante. A participação cívica deve também suscitar a aprendizagem colectiva, aprendermos uns com os outros, ouvir-nos uns aos outros. E isso exige tempo para amadurecer. Esse tempo agora não há. Como nós sabemos, houve alterações ao projecto inicial e, portanto, este processo, não digo que foi suspenso, mas foi transformado. Desse ponto de vista a participação que tem existido é aquela que é possível, desde os encontros temáticos que têm sido realizados, até ao site que também existe e está disponível para as pessoas poderem contribuir. Apesar de tudo, é um processo mais limitado mas que mantém a ideia de participação como fundamental.

Como avalia essa participação cívica?

Tem dois pontos de vista. Por um lado, do ponto de vista do Partido Socialista enriquece o debate porque introduz outras maneiras de ver as coisas, e do ponto de vista da sociedade civil cria-se um novo contexto, uma nova oportunidade de poder expressar aquilo que pensa sobre o futuro do país.

Do seu ponto de vista porque é que o PS realiza eventos deste tipo e os outros partidos não?

Essa é uma pergunta que se deve fazer a todos. Acho que há uma experiência acumulada que advém desde os "Estados

Gerais". Há um balanço que as pessoas, em geral, fazem dessa iniciativa, tanto do lado dos militantes como dos independentes que nela participaram.

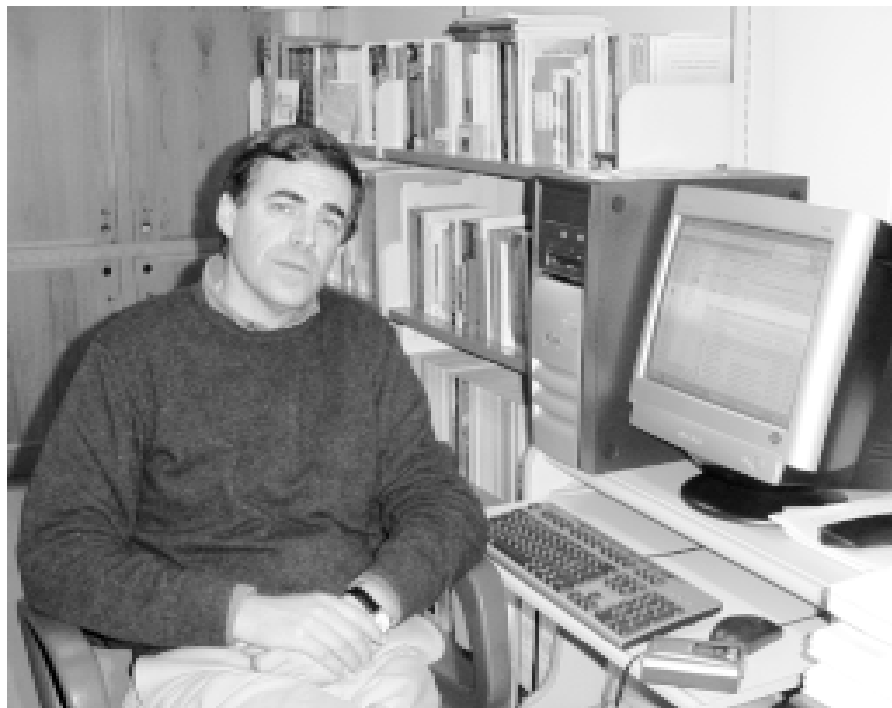
Por outro lado, algumas das pessoas que colaboraram nos "Estados Gerais" acharam que a iniciativa devia ter outro tipo de continuidade. E as "Novas Fronteiras" surgem como uma oportunidade de retomar esse debate que entretanto foi suspenso. Além disso, há pessoas que não participaram nos "Estados Gerais" e estão a colaborar nas "Novas Fronteiras". Há várias razões para isso, mas talvez a mais importante é que o PS surge como a principal plataforma do debate político com capacidade para influenciar a agenda política e a acção pública.

Qual o contributo que os investigadores e cientistas em geral podem trazer à política?

É o de dar uma base técnica e científica à argumentação que é utilizada. Todos os aspectos têm uma dimensão política e outra técnico-científica. Eu não acredito na exclusividade de um deles apenas. Não há discursos tecnocráticos neutros, mas também não pode haver discursos políticos sem serem simultaneamente sólidos do ponto de vista da argumentação técnica. E desse ponto de vista acho que pessoas com uma experiência de natureza mais política e experiências com uma natureza mais profissional devem colaborar porque conjuntamente produzem um discurso e visões mais equilibrados do que individualmente.

Conhecidas as suas ligações à problemática do território, qual o seu comentário à decisão de José Sócrates de trazer para o centro da política a questão da qualidade de vida como factor de desenvolvimento?

Não podia estar mais de acordo. Primeiro,



o conceito de qualidade de vida não é meramente teórico, antes tem a ver com dia-a-dia das pessoas. Portanto, é uma forma de aproximar uma visão política global com a experiência diária das pessoas. Por outro lado, a questão da qualidade de vida é muito agregadora porque articula componentes muito diferentes. Componentes do ambiente, do ordenamento do território, dos transportes, da habitação, das cidades, da saúde, e portanto, desse ponto de vista, evita uma visão que seja estritamente sectorial. Nós, por exemplo, não podemos discutir hoje a questão dos transportes sem discutir ao mesmo tempo o ambiente; não podemos discutir as cidades sem perceber o que é a sua base económica.

Qual a vantagem de se fazer a ligação entre ordenamento do território e desenvolvimento sustentável?

A ideia de desenvolvimento sustentável é muito ampla. Tem componentes económicas, sociais, ambientais e institucionais. E, no Programa, a ideia de desenvolvimento sustentável surge a dois níveis. Surge como pano de fundo comum a todos os capítulos, isto é, a ideia de sustentabilidade está presente no primeiro capítulo que é sobre as questões económicas, no segundo que é sobre as políticas sociais, e no terceiro que é sobre a qualidade de vida e desenvolvimento sustentável onde foi utilizada de forma mais focalizada. Outra das componentes do desenvolvimento sustentável é a vertente intergeracional, isto é, nós não podemos desenvolver soluções que ponham em causa gerações futuras e isto obriga ainda mais a termos uma visão estratégica de futuro.

Porque é que turismo, agricultura/desenvolvimento rural, transportes e mobilidades, cidades e habitação são identificados como as áreas mais críticas para esse desenvolvimento?

Esses quatro factores que indicou são os que condicionam mais o dia a dia das pessoas por boas e más razões. O futuro da humanidade está cada vez mais dependente daquilo que se passa nestas áreas. Dou o exemplo concreto das cidades. Mais de metade da população mundial e também portuguesa vive em cidades. Mas muito mais de metade dos recursos estratégicos para o desenvolvimento — a inovação, a criatividade, a excelência, a decisão — estão concentrados nas cidades. Ou nós conseguimos gerir e qualificar as cidades que temos ou então perdemos a oportunidade de ter uma sociedade melhor.

E a fraca ligação entre as empresas e universidades não constitui também um outro factor de relativa desvantagem?

Esse é um tema crucial e é desenvolvido no Programa do PS, sobretudo no primeiro capítulo mas também no segundo. É evidente que qualquer fragmentação por capítulos é sempre artificial. Mais uma vez, discutir, por exemplo, o futuro das cidades, obriga, entre outras coisas, a criar espaços favoráveis a essa maior relação entre as universidades e a inovação e criatividade das empresas.

Como é possível, do seu ponto de vista, inverter esta realidade do ensino português que gera tão

baixas taxas de licenciados em ciências exactas?

É uma situação complexa que não tem solução fácil. Mas tudo tem solução. E, sobretudo, a exequibilidade da solução depende da nossa criatividade e, nalguns aspectos, do nosso voluntarismo. Por exemplo, há um aspecto onde estamos ainda bastante deficitários que é o da divulgação científica. A divulgação científica é fundamental para criar na opinião pública uma outra ideia sobre a importância das várias áreas científicas, incluindo a parte que tem a ver com essa dimensão mais tecnológica. Esta é uma frente, a da divulgação científica, mas o próprio Estado pode tomar medidas de discriminação positiva em que favoreça, por várias maneiras, quer do ponto de vista financeiro, simbólico ou orientacional, as organizações que têm um papel importante no reforço das competências e das capacidades nessas áreas. Não é exclusivamente a universidade

De que forma pode o plano tecnológico contribuir para a criação, alargamento e dinamização dos nossos centros de excelência?

A ideia de plano tecnológico constitui uma espécie de pano de fundo e implica várias dimensões. Uma delas é nós percebermos o significado e implicações de vivermos na sociedade do conhecimento. E, portanto, o futuro das sociedades, em grande parte, ganha-se ou perde-se nesta luta pelo conhecimento. Por um conhecimento mais inteligente, por um conhecimento mais colectivo. O plano tecnológico não é apenas, mas isso também é importante, uma questão

HA-SE OU PERDE-SE

tecnológica. Ele tem a ver com este desafio terrível que é o da sociedade do conhecimento. E constituindo um pano de fundo em relação ao Programa, esta ideia de plano tecnológico que é transversal, tem contributos mais directos no capítulo sobre economia. Agora ele tem que ter tradução nos outros capítulos. O exemplo que estávamos a ver há pouco é, talvez, o mais evidente, que é o da educação.

Nesse sentido, a ideia de incorporar a aprendizagem do Inglês logo na primária também faz parte do plano tecnológico?

Exactamente. Ou tudo o que tem a ver com a sociedade da informação. Porque hoje em dia há duas linguagens universais – o inglês e a informática – e nós não podemos ter um papel de destaque em nenhuma área científica ou nenhuma área cultural sem que dominemos fortemente estas duas linguagens. Aqui está um exemplo claro da transversalidade destas medidas.

O inverno demográfico pode ser um problema sério em Portugal num futuro não muito distante. De que forma apoiar a 3ª e 4ª idades e como incorporar esse apoio no desenvolvimento geral do país?

A primeira coisa é conhecer melhor a 3ª e 4ª idades que nós temos. Não digo do ponto de vista demográfico porque a demografia é muito previsível. Do ponto de vista demográfico nós sabemos qual é a situação hoje e é relativamente fácil prever aquela que vamos ter daqui a 5, 10 ou 15 anos. Isto é uma responsabilidade extra para nós, porque como a demografia é previsível não temos nenhuma desculpa para não atacarmos desde já o problema. Agora a questão do envelhecimento é uma questão social que envolve não só os idosos, mas envolve também as famílias dos idosos e as instituições que de forma directa ou indirecta lidam com os problemas dos idosos. E aqui, pode parecer estranho, nós sabemos relativamente pouco. Se fizer um estudo aprofundado do que é Lisboa hoje verificará que um dos grandes problemas é o do envelhecimento da população que a habita. O que significa isolamento, problemas enormes de serviços domiciliários que muitas vezes não existem ou existindo não são de qualidade, o problema da ausência de convívio, o problema das famílias que estão segmentadas e que não se relacionam entre si. O Programa do PS dá múltiplas propostas nesse sentido.

Uma delas, a definição do limiar de pobreza, por exemplo, que não tem a ver exclusivamente com a idade mas tem, em grande parte, a ver com o problema da idade, é uma decisão importante porque vai de encontro a um conceito fundamental que é o da dignidade humana. Nós, infelizmente, não temos capacidade

de erradicar a maior parte dos problemas sociais de um dia para o outro. Mas há limiares mínimos e situações abaixo desses limiares que são inaceitáveis do ponto de vista da dignidade humana. A decisão de garantir esse nível mínimo é uma das medidas importantes que não se prende exclusivamente com a 3ª e 4ª idades, mas, em grande parte, com os idosos. No global do programa existem uma série de medidas que abarcam aspectos completamente diferentes, nomeadamente esclarecendo o papel que o Estado, a economia social e o sector privado podem ter nesta área, desde a saúde até à prestação de serviços que levem a que os idosos se sintam úteis e socialmente vivos.

Importava-se de esclarecer o que é a economia social. É o dito lado “despesista” do Estado?

Não, a economia social não tem de ser subsidiada pelo Estado. Economia Social é reconhecer um papel relevante a entidades que não são do Estado, por um lado, mas que também não são empresas, isto é, não têm como objectivo fundamental o lucro que é legítimo, aliás. A economia social rege-se por outros valores e objectivos. Dentro da economia social nós temos entidades do tipo das IPSS, outras ligadas à igreja, temos fundações, associações de desenvolvimento local, temos actividades de muito tipo. Agora eu acho que é importante ir para além da retórica e reconhecer que, nomeadamente, sobre a 3ª e 4ª idades, a economia social, autonomamente, como parceiros do Estado, tem um papel muitíssimo importante para garantir este objectivo que é dar maior dignidade às pessoas integram essa categoria. Portanto, o reconhecimento da economia social nada tem a ver com uma função despesista porque não é o Estado que directamente deve garantir essas funções. É reconhecer que há problemas novos e que para a solução desses problemas o Estado tem que se relacionar de forma diferente com outras entidades que não são as empresas mas que também não são outras entidades estatais.

Sendo a sua área de especialidade a geografia, impõe-se perguntar de que modo as alterações climáticas que estamos a assistir podem afectar-nos e quais os instrumentos de que devemos socorrer-nos para lhes fazer face?

De forma mais ampla essa pergunta entra na questão da gestão dos riscos. As alterações climáticas introduzem riscos elevados, mas há um conjunto mais amplo de riscos – aqui estamos a falar de riscos naturais –, mas há riscos tecnológicos e também sociais, em relação aos quais temos que ter uma visão mais preventiva. A dimensão e complexidade dos problemas, como esse das



O PS é a principal plataforma do debate político com capacidade para influenciar a agenda política e a acção pública

alterações climáticas, implicam que um país isoladamente não pode, de maneira nenhuma, fazer face aquilo que são os eventuais efeitos negativos desses riscos. E, portanto, a cooperação internacional é fundamental. Ora, isso é um desafio para Portugal porque isso significa que o país tem que estar na frente daqueles que estão organizados para tentar perceber e prever melhor esses problemas. E, depois, tem que haver uma cultura mais global de prevenção. Nós portugueses temos muito uma cultura de reagir depois dos acontecimentos, e temos de introduzir uma cultura de prevenção que é fundamental. E temos que também apostar fortemente em tudo quanto são sistemas de monitorização que permitem acompanhar de perto aquilo que se está a passar e, portanto, permite também actuar atempadamente no caso de existirem situações menos positivas. Há também um elemento muito importante que é o da fiscalização, do seguinte ponto de vista: há riscos que são conhecidos e no entanto continuamos a verificar comportamentos que darão resultados muito negativos, caso esses riscos se concretizem mesmo que numa percentagem relativamente baixa. O exemplo mais claro todos nós conhecemos e é a ocupação selvagem e selvática de algumas áreas do litoral, quando nós sabemos que – há estudos científicos sobre isso – o recuo da costa é perfeitamente previsível e nalgumas áreas vai ser relativamente rápido, e, portanto, a construção junto a falésias é um exemplo claro de como está a falhar aquilo que eu disse há pouco: não há visão de futuro, não há visão preventiva, não há cultura de gestão de riscos e não há fiscalização.

Como comenta a posição do PS em matéria de regionalização?

A posição do PS em matéria de regionalização sinteticamente é esta: primeiro, a regionalização faz parte da Constituição, e, por outro lado, é um objectivo do PS. Em segundo lugar, o PS não considera prioritário abrir o debate nem efectuar um segundo referendo sobre esta matéria nesta legislatura. Entre as várias razões, a principal é de que temos de ser humildes e aprender com os erros. Erros nossos e dos outros. Desse ponto de vista houve dois erros que não podem ser ignorados. Um foi a forma como o processo da regionalização foi desenvolvido no contexto dos governos do PS. Sabemos hoje, e isso é claro, que a regionalização não se decreta. A regionalização é um processo. E se nós acreditamos nela temos que preparar esse processo. Mais importante do que querer a regionalização amanhã é organizar esse processo porque há etapas a ultrapassar. Portanto, nós aprendemos com este erro. Em segundo lugar, aprendemos também com os erros dos outros, e o chamado pacote “Relvas” é um pacote desastroso. Isto é, esta ideia de que sem qualquer visão estratégica nacional se dá a iniciativa às autarquias para se associarem como quiserem para a partir daí formarem comunidades, teve como resultado que hoje no terreno temos uma situação muito complicada.

Para que esse processo se desenvolva, quais são os passos que têm de ser dados?

Vários. Primeiro, esclarecer o associativismo municipal e a situação criada pelo “pacote Relvas”. Em segundo lugar, temos que fazer, como primeira medida do possível, com que as áreas de influência de todos os serviços desconcentrados da administração central coincidam. Não podemos ter, como hoje, um mapa para a saúde, outro para a justiça, outro para isto e outro para aquilo. Cada área sectorial retalha o país à sua maneira e não pode ser. O terceiro passo para tornar este processo irreversível é o de dar outro fôlego às CCDR's. As CCDR's dependem hoje de uma tutela que tem muita dificuldade em actuar em domínios que, embora tenham impacto territorial muito forte, dependem de outros ministérios, e, nós temos que criar condições para que no seu âmbito se possa de facto desenvolver concertação e articulação de políticas de tipo diferente mas com impacto territorial. Isto é, as CCDR's tem que ter uma intervenção forte não só no ambiente e no desenvolvimento regional, mas também em áreas como por exemplo os transportes ou a cultura ou a saúde, e que tem a ver com organização do espaço. OPS não põe em causa a regionalização. O PS crê que não condições políticas, dado que é necessário um segundo

referendo e havendo um calendário eleitoral muito complicado, excessivamente denso, não há condições para aumentar a complexidade deste período ainda com mais um referendo. Por isso crê que é mais prudente, justamente para consolidar um processo, gerir muito bem esse mesmo processo para que no fim da legislatura tudo esteja preparado para tornar irreversível a regionalização.

Este período de pré-campanha tem sido um viveiro de casos protagonizados pelo Governo no seu afã de ganhar eleições a todo o custo. Qual a sua análise relativamente ao modo como está a decorrer a pré-campanha?

Eu, o que gostava, e estou convencido de que a esmagadora maioria dos portugueses pensa assim, era que a campanha fosse aquilo que todos os candidatos dizem que é mas não tem sido. Que é a discussão de ideias e de um projecto para o país. Nós estamos a discutir o próximo Governo. O Governo tem que ter uma visão, um rumo para Portugal. É isso que nós temos que discutir e é isso que os portugueses têm de perceber. Qual é a visão, qual é o rumo e quais são as medidas propostas para o país. Aqueles que em vez de falarem e explicitarem qual é a visão que têm para o país e qual o rumo que defendem e as medidas que importam, se enrolam em *faits-divers* porque provavelmente não têm uma visão, um rumo, não têm medidas claras. Por outro lado, a partir do momento em que todos os programas estejam apresentados, não há razões para que a discussão não decorra à volta dos problemas relevantes. Espero que os portugueses levem em conta nos seus juízos aqueles que em vez de discutirem programaticamente o futuro do país, andam a alimentar o debate mediático com aspectos que nada têm a ver com o fundamental, isto é, o futuro do país. Nós estamos a votar para um governo para governar Portugal. É sobre essa questão que queremos ouvir os partidos. Os partidos que não souberem responder ou esclarecer convenientemente os portugueses sobre esta questão têm que ser penalizados. Porque não estão em condições sequer de entrarem num combate igual e equilibrado com aqueles que têm uma visão e propostas para fazer. Agora também lhe digo que os portugueses percebem que decisões de última hora com impacto enorme e que exigem montantes de investimento gigantesco não podem ser de forma leviana defendidos em fim de ciclo. Ninguém acredita e o feitiço volta-se claramente contra o feiticeiro. Quem acredita num governo, que ainda por cima durante uma série de tempo justificou um conjunto de não medidas por razões financeiras, apareça agora com dinheiro para o TGV, duas pontes sobre o Tejo?

REFORÇAR APOIOS AOS IDOSOS MAIS POBRES

Aumentar os rendimentos dos “idosos mais pobres”, através de prestações complementares, para colocar as suas pensões ao nível do limiar da pobreza será a prioridade das políticas sociais de um Governo do PS, anunciou no dia 12 José Sócrates.

O secretário-geral do PS, que visitou a Santa Casa da Misericórdia de Santarém e participou num encontro/debate sobre “A Importância da Terceira e Quarta Idades em Portugal”, prometeu apresentar em breve esse programa de apoio aos idosos que são “efectivamente pobres, que têm menos esperança e menos possibilidades”.

Na intervenção que fez junto de idosos de vários concelhos do distrito de Santarém, o líder socialista defendeu uma “política de diferenciação”, sustentando que “aproximar todas as pensões do salário mínimo seria a falência” e é responsabilidade dos governantes “assegurar a sustentabilidade do sistema”.

“Não esperem promessas demagógicas. O país não ganha com quem promete muito”, disse. “Os apoios que vamos apresentar são só para os idosos pobres, para os que têm pensões sociais e estão abaixo do limiar de pobreza, onde está a pobreza surda, escondida, que nos envergonha”, afirmou o líder socialista, assegurando que o PS sabe quanto dinheiro será preciso para essa medida, que considerou ser “talvez o tiro certo para combater a pobreza em Portugal”.

“Será a primeira prioridade das nossas políticas sociais”, garantiu, sustentando que “uma sociedade que se resigna à pobreza não se respeita a si própria”. Sócrates disse ainda que o programa de um governo socialista para esta área privilegiará as parcerias com os que estão mais próximos dos que mais precisam, como as instituições particulares de solidariedade social e as autarquias.

E prometeu não cometer “dois erros” que atribuiu aos governos da direita, ou seja, “olhar apenas para as contas públicas e não para a economia”.



SÓCRATES COM CÂMARAS DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA

CONVERGIR DE NOVO COM A MÉDIA EUROPEIA

Um plano tecnológico, baseado no “conhecimento, inovação e tecnologia”, é a aposta de José Sócrates para estimular o crescimento da economia. Falando no dia 13 como convidado num almoço promovido por cinco câmaras de comércio e indústria, o líder do PS sustentou que aquela taxa de crescimento permitira pôr de novo o país em convergência com a média da União Europeia, além de ser uma condição fundamental para resolver “o problema das finanças públicas”.

Apostando o crescimento económico como o “principal ponto da nova agenda política”, José Sócrates referiu que a concretização do plano tecnológico passa pela “concentração do investimento público e das políticas públicas no que é vital: conhecimento”, ou seja, na ciência, cultura, educação, investigação e tecnologia.

A aposta no conhecimento foi ainda justificada pelo líder socialista pela baixa formação da população activa, em que apenas 750 mil trabalhadores têm o 12.º ano.

“Com esta realidade, Portugal não tem condições de vencer na competição internacional”, sublinhou.

Segundo José Sócrates, o crescimento económico passa ainda pelo estímulo do Estado a um conjunto de investimentos, maioritariamente privados, que quantificou em 20 mil milhões de euros.

Os investimentos mencionados foram no ambiente, energia, em particular eólica, e infra-estruturas de comunicações, como ferrovia, rodovia e portos.

SÓCRATES E ZAPATERO DE ACORDO NOS TEMAS EUROPEUS

As matérias da actualidade no âmbito da União Europeia, como as perspectivas financeiras, o quadro comunitário de apoio, a revisão da Agenda de Lisboa e o Pacto de Estabilidade e Crescimento dominaram a agenda da reunião de Sócrates com Zapatero. No final do encontro que teve lugar no Palácio da Moncloa, em Madrid, o secretário-geral do PS, José Sócrates, qualificou-o como “muito útil”, tendo destacado a “coincidência de pontos de vista” com o presidente do Governo espanhol e líder do PSOE, José Luís Zapatero, sobre as questões europeias.

Relativamente às relações económicas entre os dois países, José Sócrates disse que “há trabalho a fazer para que prosperem”, tendo sublinhado a propósito que “o mercado espanhol é prioritário para Portugal”. Os dois líderes socialistas analisaram também o referendo à Constituição Europeia, que em Espanha se realiza a 20 de Fevereiro - precisamente o dia das legislativas antecipadas no nosso país -, tendo José Sócrates explicado ao chefe do Governo espanhol a razão pela qual, em Portugal, o referendo não será feito no actual quadro constitucional. “Não nos resta outro caminho [depois de a pergunta sobre o referendo ter sido rejeitada pelo Tribunal Constitucional a 17 de Dezembro] senão alterar a Constituição e só depois proceder à consulta aos portugueses”, declarou José Sócrates, frisando, contudo, que ambos consideram o processo “prioritário”, porque “a Europa precisa de dar passos em frente”. Questionado sobre uma eventual participação de Zapatero na



campanha do PS, Sócrates declarou: “Não lhe dirigi nenhum convite. Não acho que esteja à altura de um presidente de um Governo de Espanha a presença em comícios partidários de um outro país”. Recorde-se a propósito que, em 2002, o arranque da campanha eleitoral de Durão Barroso teve a presença do então primeiro-ministro espanhol, José Maria Aznar. No que respeita à política nacional, Sócrates aproveitou a ocasião para realisar que caso vença as eleições não baixará os impostos. “Os portugueses

sabem quem fala verdade e que vende ilusões”, disse o líder socialista que recorreu ao Orçamento de Estado (OE) de 2005 para rebater a crítica de Santana Lopes à promessa do PS de criar novos postos de trabalho. “No OE está escrito que o objectivo para este ano é recuperar 60 a 70 mil postos de trabalhos”, lembrou Sócrates, para sublinhar que contraditório é o PSD que considera irrealista o objectivo do PS de recuperar 150 mil postos de trabalho no quadro de uma legislatura.

CAPTAR JOVENS TALENTOS DESPORTIVOS

Aproveitar melhor as infra-estruturas desportivas já existentes, apoiar melhor a alta competição e as seleções nacionais, designadamente através da adopção de “um programa de captação de jovens talentos, que se deverá iniciar dois ciclos antes dos jogos olímpicos”. Esta é a estratégia com que José Sócrates pretende retirar Portugal da cauda dos 25 Estados-membros da União Europeia na área da prática desportiva, ontem apresentada perante cerca de uma centena de agentes do sector do desporto. O líder socialista afastou, contudo, a hipótese de lançar a prazo uma candidatura de Portugal à organização dos Jogos Olímpicos, alegando que as actuais condições económicas e financeiras “não permitem ao país entrar nessa aventura”.

Na sua intervenção, José Sócrates citou dados do “Eurostat” para lamentar que Portugal tenha 66 por cento da sua população fora de qualquer prática desportiva, quando a média da União Europeia a “vinte e cinco” é de 44 por cento. “Este dado referente a Portugal traduz consequências muito negativas em termos de saúde e de cidadania. O meu objectivo é tirar Portugal da cauda da União Europeia no que respeita à prática desportiva”, afirmou, antes de se referir às



medidas que propõe no sector do desporto. Se o PS formar Governo, José Sócrates prometeu colocar o desporto “no centro das políticas destinadas à infância e à juventude”, assim como atribuir um papel central às autarquias em matéria de formação desportiva. Ouvido com muita atenção pelo árbitro de futebol Jorge Coroado, pelo treinador de futebol Toni, entre outras figuras do desporto português, o treinador de atletismo Moniz Pereira fez uma intervenção extremamente crítica sobre a realidade do desporto no país, dizendo que “Portugal vive numa

ditadura futebolística”. Por sua vez, o treinador do Vitória de Setúbal, José Couceiro, insurgiu-se contra a falta de diálogo que o Governo PSD/CDS-PP teve no processo de aprovação da nova Lei de Bases do Desporto e chamou a atenção o líder socialista para o facto de as instituições de futebol “não serem democráticas”. Antes, o ex-dirigente do Sporting e presidente da Liga de Clubes de Futebol não Profissional, Dias Ferreira, tecera duras críticas ao seu partido, o PSD, pela aprovação da nova Lei de Bases do Desporto.

PS EXIGE DESCULPAS PÚBLICAS E FORMAIS DE SANTANA LOPES

SAÚDE

CONTRA O FIM DA COMPARTICIPAÇÃO NOS MEDICAMENTOS

O Partido Socialista exigiu que Santana Lopes apresente um "pedido formal e público de desculpas" pelas mentiras e calúnias proferidas, no dia 19, contra José Sócrates, ao acusá-lo de ter favorecido o seu antigo chefe de gabinete ao nomeá-lo inspector-geral do Ambiente.

O porta-voz do PS, em conferência de imprensa realizada na sede socialista, desmentiu categoricamente as afirmações do primeiro-ministro demitido, mostrando aos jornalistas o despacho de nomeação de Filipe Baptista como inspector-geral do Ambiente, de 6 de Agosto do ano 2002, onde constam as assinaturas de Durão Barroso, então chefe do Governo, e de Isaltino Morais, primeiro titular da pasta do Ambiente do Executivo de coligação.

Segundo Pedro Silva Pereira, "fica assim demonstrado que Pedro Santana Lopes recorreu à mentira como arma de arremesso eleitoral contra o secretário-geral do PS, José Sócrates".

Defendendo a necessidade de acabar com esta batalha do "vale tudo", o dirigente socialista convidou o PSD e o seu líder a deixarem de fazer campanha com recurso à calúnia e ao boato.

Questionado pelos jornalistas sobre a correcção de nomes feitas por Miguel de Almeida, Pedro Silva Pereira sublinhou que as palavras do membro da comissão política nacional do PSD não correspondem ao exigido pedido de desculpas, antes resultando "numa confissão da trapalhada que visa confundir a opinião pública".

Relativamente às reiteradas acusações parte do dirigente laranja de



favorecimento político do Governo de gestão do PS que beneficiaram Mourato Neves e João Gonçalves — Pedro Silva lembrou que Miguel Almeida não é a pessoa mais indicada para falar nesta matéria uma vez que "acumula as presidências de três empresas do grupo Águas de Portugal".

Na resposta às perguntas dos jornalistas, o porta-voz do PS confirmou que as duas nomeações referidas foram efectivamente feitas em período de gestão socialista, ressalvando que estas visaram

impedir um vazio de liderança no Instituto do Ambiente e no Instituto Geográfico Português, então surgidos da fusão de quatro organismos.

"As nomeações foram obrigatórias e transitórias, até que o novo Governo nomeasse outras pessoas para os cargos", esclareceu, sublinhando as diferenças com o caso actual de "2.446 nomeações feitas e publicadas no período de gestão do Governo de coligação que vai de 30 de Novembro até hoje".

MARY RODRIGUES

GOVERNO DE GESTÃO FAZ NOMEAÇÕES ILEGAIS

O Governo está a extravasar os limites impostos pela Constituição e pela lei em domínios essenciais como o uso de funções governamentais para fins de campanha eleitoral e a política de nomeações para cargos públicos em contexto de gestão.

Convidando os jornalistas presentes na sala de conferências de imprensa do Largo do Rato a analisarem as agendas diárias de alguns ministros e secretários de Estado, José Magalhães declarou que, nestes dias, muitos dos membros do Governo demitido e simultaneamente candidatos a deputados "percorrem freneticamente o país", dando prioridade, "por fantástica coincidência", a zonas do círculo eleitoral da sua candidatura partidária ou a regiões vizinhas.

"Estas condutas são inadmissíveis, estão a agravar-se e devem ser de imediato interrompidas", exigiu o vice-presidente da bancada socialista.

Em matéria de nomeação de pessoas para cargos públicos, José Magalhães lembrou que "o momento eleitoral exige de todos

os membros do Executivo especial contenção e respeito pela lei" que, frisou, em contexto de eleições e de Governo demitido "estabelece inequivocamente" a proibição de tais actos administrativos.

"O PS está a fazer a análise caso a caso das nomeações que o *Diário da República* tem continuado a publicar", anunciou José Magalhães, salientando a necessidade imperiosa de uma cabal explicação por parte de Santana Lopes "sobre os fundamentos que levam a que, já ultrapassada a primeira metade de Janeiro, continuem a ser publicadas nomeações, em certos casos datadas de Novembro, e para cargos cujo preenchimento a título de urgência não é sequer pensável".

Atendendo ao carácter melindroso de uma matéria que envolve o bom nome de pessoas concretas, o PS escusou-se a fazer qualquer alusão nominal antes de um esclarecimento por parte do Governo. No entanto, José Magalhães manifestou o veemente protesto socialista no caso das "injustificáveis nomeações à pressa para a

nova empresa pública Estradas de Portugal". "Uma nova administração tomou assento nas instalações da empresa desde o início de Janeiro sem que se conheça resolução de nomeação e tomada de posse", observou sublinhando ainda que "o anterior presidente do instituto abandonou as funções de gestão corrente devido a ter sido nomeado pelo Conselho de ministros para o cargo de gestor da intervenção operacional de acessibilidades e transportes do terceiro Quadro Comunitário de Apoio". À denúncia do deputado socialista José Magalhães seguiu-se um pedido de explicações formal sobre "dezenas de situações anómalas" vertido em requerimento parlamentar e uma exigência para que o primeiro-ministro e a sua equipa ponham fim a estes "expedientes que indignam e repugnam os portugueses". Assim, o PS volta a exigir para este caso específico, que o Executivo explique como puderam gerar-se anomalias desta gravidade e avisa: "só a legalidade protege o futuro".

M.R.

Em "mais uma ficção de insensibilidade política", o Governo demitido anunciou a possibilidade de acabar com a comparticipação nos medicamentos, substituindo-a pelo pagamento integral do fármaco no acto da compra e posterior reembolso.

Indignado, o PS reagiu, no passado dia 21, em conferência de imprensa, através de Correia de Campos, que qualificou a pretensão do Executivo como uma "medida totalmente injusta".

A ser aplicado, o modelo anunciado pelo Executivo em funções "tornaria num desespero a vida de milhões de portugueses pobres e doentes", alertou. O PS acusou ainda o Governo de com esta fórmula beneficiar os "financistas" do sector e esconder os seus erros de gestão.

O porta-voz socialista para os assuntos da Saúde apontou igualmente o risco de "um levantamento" popular como resposta pelo sofrimento de pelo menos 20 por cento dos portugueses, os que se encontram abaixo do limiar da pobreza.

Traçando um quadro negro dos três anos de gestão do sector da Saúde, Correia de Campos lembrou que o ministério desrespeitou o acordo celebrado entre o Governo socialista e a indústria farmacêutica visando o controlo dos gastos públicos nesta área e acusou o Executivo de nada fazer para travar o "absurdo crescimento da despesa hospitalar com medicamentos".

"No final do ciclo, em novela de quatro meses de incompetência negocial, o Executivo conseguiu finalmente alcançar um protocolo, todavia, em piores condições que o assinado em 2001", criticou, para em seguida denunciar a "girândola de notícias inauguratórias, pré-inauguratórias e outras ante-pré-inauguratórias no Algarve".

"É indiscutível a necessidade de um hospital central na região algarvia, mas o anúncio prematuro, impreparado, feito por um governo demitido e desprestigiado só prejudica e atrasa a sua concretização", frisou Correia de Campos, que também condenou a recente nomeação de um novo Conselho de Administração para o Hospital do Barlavento Algarvio, por considerá-la mais uma cedência ao "partidarismo medíocre" que atenta contra os princípios constitucionais da imparcialidade e da igualdade de oportunidades.

Por último, em resposta aos jornalistas, Correia de Campos adiantou que, no início da próxima legislatura, o PS vai propor na Assembleia da República, "um acordo parlamentar sobre a fórmula de escolha dos dirigentes da Administração Pública".

M.R.

OBRAS PÚBLICAS

BASTA DE FRENESIM ELEITORALISTA

As decisões governamentais de última hora sobre o traçado do TGV e de construção de duas novas travessias sobre o Tejo são "ilegais" e correspondem à "propaganda descarada que o Governo de gestão insiste em levar a cabo", denunciou Manuel Maria Carrilho que, em conferência de imprensa na sede do nacional do Largo do Rato, acusou ainda o primeiro-ministro de nem sequer ser capaz de "liderar um governo de gestão corrente".

Manuel Maria Carrilho classificou as declarações feitas no dia 18 pelo ministro das Obras Públicas, António Mexia, sobre os estes empreendimentos como "um escândalo em democracia".

O deputado socialista afirmou que "nenhum Governo responsável trataria estas questões de magna importância de forma tão ligeira a 30 dias das eleições legislativas", sublinhando que "estes empreendimentos implicam o investimento de muitos milhões de euros".

Carrilho denunciou ainda a cegueira do Executivo face aos problemas do país e disse que Santana Lopes "nem sequer é capaz de liderar um governo de gestão corrente".

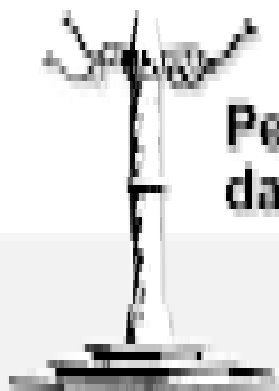
"Basta deste frenesim de propaganda eleitoral que desacredita as instituições", reiterou, criticando fortemente o primeiro-ministro pelas declarações injuriosas que proferiu contra o Presidente da República a propósito da dissolução do Parlamento.

Confrontado pelos jornalistas com declarações de Paulo Portas relativas a uma eventual aliança entre PS, PSD e CDS/PP no futuro Governo de Portugal, Manuel Maria Carrilho lamentou que o ministro demitido só se lembrasse de avançar com essa ideia na recta final da sua passagem pelo Executivo e pelo que considerou ser "peso na consciência do ministro da Defesa".

Questionado sobre o anúncio de uma eventual transferência de ministérios à pressa para uma "cidade" que ainda não existe, o parlamentar do PS sublinhou que uma tal pretensão, na conjuntura actual, "não pode ser levada a sério".

"Esta fuga para o futuro do Governo de coligação não é mais do que uma tentativa de escapar ao seu inglório passado", concluiu Manuel Maria Carrilho, frisando acreditar que ao "basta" dos socialistas seguir-se-á um "basta" de todos os portugueses nas urnas de voto.

M.R.



Pelourinho da República

“E nós tivemos a coragem de pôr agora na lei que os governos de gestão estão impedidos de fazer nomeações”

Durão Barroso

Assembleia da República, 30-01-2004

“Quanto à questão do clientelismo, pergunto: até hoje, qual foi o Governo que teve a coragem de apresentar uma proposta, que foi aprovada na Assembleia, de, pura e simplesmente, proibir nomeações quando o Governo se encontra numa fase de governo de gestão?”

Durão Barroso

Assembleia da República, 30-01-2004

“Governo PPD/PP nomeou 72 pessoas desde que soube que ia haver eleições”

Título do “Jornal de Negócios”, 20-01-2005

“Executivo de Santana nomeou um total de 1349 pessoas desde que tomou posse”

Idem

“Irei fazer esse levantamento, para saber se tem ou não correspondência com a realidade”

Santana Lopes

Citado pela Agência Lusa, 20-01-2005

“O frenesim legislativo e decisório em que entrou o actual Governo, desde que apresentou a demissão, é inconstitucional e ilegal”

Freitas do Amaral

“Diário de Notícias”, 20-01-2005

“Um Governo demitido não tem legitimidade democrática para governar como se fosse um em plenitude de funções”

Idem, ibidem

“Não é proibido [ao governo de gestão] anunciar ‘projectos para o futuro’. Mas têm de ser entendidos como promessas eleitorais, e nunca como decisões que vinculem o próximo Governo.”

Idem, ibidem

“A democracia tem-se transformado numa democracia mediática e os políticos privilegiam as declarações para os telejornais”

Mário Soares

SIC Notícias, 19-01-2005

“Marques Mendes tem tudo preparado para exigir um congresso extraordinário e lançar-se na corrida à liderança em caso de derrota do PSD a 20 de Fevereiro”

“Expresso”, 22-01-2005

“O líder do PSD, Pedro Santana Lopes, co-responsabilizou quarta-feira à noite o Presidente da República por ‘algumas coisas que não correram bem’ no executivo, comparando o Governo a uma casa apedrejada. ‘Quando uma casa é muito abanada e atiram pedras à casa todos os dias, as pessoas agitam-se’, justificou Santana Lopes, num comício em Almada

Pedro Santana Lopes

Citado pela Agência Lusa, 20-01-2005

SANTANA LOPES É “O REI DAS TRAPALHADAS E CONTRADIÇÕES”



A única proposta apresentada até agora por Santana Lopes, “o rei das trapalhadas e das contradições”, é uma medida já com três anos, denunciou Jorge Coelho, referindo-se, nomeadamente, ao famigerado choque fiscal e à sucessão de casos no Governo demitido por manifesta incompetência. Em conferência de imprensa, no Largo do Rato, destinada a reagir às críticas de Santana Lopes a José Sócrates, o director operacional da campanha socialista deixou um conselho ao primeiro-ministro e líder do PSD: “Veja-se ao espelho primeiro, ouça e veja as declarações que já fez”. Carregando na ironia, Jorge Coelho saudou, por outro lado, a “vinda de Pedro Santana Lopes ao debate”, afirmando que o líder do PSD se deve ter “entusiasmado” com o

êxito que representou o Fórum socialista “Novas Fronteiras”, que decorreu este fim-de-semana em Lisboa.

Afastando liminarmente a ideia de que o PS voltou atrás em relação à retirada dos benefícios fiscais, Coelho clarificou a posição socialista: “O que nós dizemos é que em 2005, e porque já está a decorrer a aplicação do Orçamento de Estado, era irresponsável e irrealista retirar esta proposta”, esclareceu, acrescentando que, caso o PS vença as eleições legislativas de 20 de Fevereiro, em 2006, serão introduzidas medidas que “induzam à poupança”. Ainda relativamente às finanças públicas, o coordenador operacional da campanha do PS realçou que, este ano, o PS, caso ganhe as eleições, não irá nem baixar, nem

aumentar os impostos. “Os erros e os disparates foram tantos, Pedro Santana Lopes vai deixar o país numa situação tão débil” que não será possível descer os impostos, sublinhou Jorge Coelho que lamentou ainda as declarações de Santana Lopes relativamente ao Presidente da República, sublinhando que o líder social-democrata está “obcecado em criticar sempre” Jorge Sampaio “de forma violenta e pouco correcta”. O dirigente socialista garantiu, por outro lado, que os socialistas no Governo “não irão baixar os impostos mas também não os aumentarão”, e anunciou que no próximo dia 22 de Janeiro os portugueses vão conhecer com rigor e detalhadamente as propostas do PS em todas as áreas da governação.

SOCIALISTAS DENUNCIAM

DIREITA MANIPULA IDOSOS CARENCIADOS À PROCURA DE VOTOS NA EMIGRAÇÃO

O Governo de direita, mais uma vez, demonstra estar a usar indevidamente os meios do Estado para fazer campanha. A denúncia, vertida num comunicado divulgado no passado dia 14, pelo Departamento de Comunidades do PS, critica o Executivo de Santana e Portas por estar a pagar antecipadamente o Apoio Social a Idosos Careniciados (ASIC) para o fazer coincidir com a chegada dos boletins de voto aos portugueses que vivem a sua terceira idade fora do seu país.

O PS sublinha que o Executivo já anunciou que os pagamentos do ASIC vão ser feitos entre 27 de Janeiro e 14 de Fevereiro, ressaltando que este subsídio costuma ser pago trimestralmente e “com atraso”.

“Dado que o último subsídio foi recebido em Dezembro, a fazer as contas



pela regularidade do Governo, os próximos montantes só deveriam começar a ser recebidos a partir de

Março ou Abril”, consideram os socialistas, criticando esta evidente “manobra de manipulação dos mais carenciados”.

ISENÇÃO DE PORTAGENS NAS SCUTS

O CÚMULO DA POUCA VERGONHA DO GOVERNO

Jorge Coelho responsabiliza o primeiro-ministro pelo "estado de degradação da vida política a que se assiste em Portugal", lamentando que alguns governantes percorram o país lançando promessas num contexto de proximidade de eleições legislativas e com o Executivo em funções de gestão.

O coordenador de campanha do PS considerou "o cúmulo da pouca vergonha" o anúncio de que 4,7 milhões de pessoas ficarão isentas de pagar portagens nas auto-estradas sem custos para o utilizador (Scut's), classificando este recuo político como sinal claro de "total falta de coerência" por parte do Governo.

Ao intervir na sessão de apresentação dos candidatos a deputados pelo círculo eleitoral de Viseu, Coelho lembrou que a maioria que agora cria "o princípio do utilizador não pagador" para servir os seus propósitos eleitoralistas foi a mesma que no passado acusaram de irresponsáveis os socialistas por defenderem as Scut's sem portagens no interior.

"Agora, como estão a ver a situação a apertar, os cidadãos a protestar e os seus próprios autarcas a dizer que estão contra, num golpe de mágica vêm dizer que vão ser isentos quatro milhões", declarou, acrescentando que o PS manterá, neste

dossier, a posição que sempre assumiu. Jorge Coelho defendeu que o partido tem de "criar condições para que os portugueses voltem a acreditar nas instituições, nos políticos" e, para isso, tem que dizer "não à demagogia insuportável a que se está a assistir nos últimos dias em Portugal". Por sua vez, o cabeça de lista socialista por Viseu, José Junqueiro, questionou a legitimidade do ministro das Obras Públicas António Mexia para fazer o

anúncio do plano de introdução de portagens quando o Governo está de saída. No que respeita aos Itinerários Principais 3 e 5, que atravessam o distrito viseense, Junqueiro assegurou que "serão inaugurados como auto-estradas durante o Governo PS, se tudo correr bem até 2007". O deputado está confiante em que numa vitória socialista em Viseu nas próximas legislativas, "a primeira desde o 25 de Abril".



SOCIALISTAS DO PORTO QUEREM DAR CONTRIBUTO DECISIVO PARA MAIORIA ABSOLUTA

O mandatário do PS pelo Porto, Francisco Assis, definiu como objectivo central a obtenção de um resultado no distrito, que contribua de forma decisiva para a vitória do PS com maioria absoluta nas eleições legislativas, condição que considerou "indispensável" para assegurar a "estabilidade".

"Não nos contentamos com qualquer resultado. Sem uma boa votação no Porto, nenhum partido em Portugal pode aspirar à maioria absoluta", disse Francisco Assis, em conferência de imprensa realizada no passado dia 16, onde deu a conhecer os propósitos da campanha e falou dos problemas do distrito.

Segundo Francisco Assis, "o projecto do PS tem que ter no Porto alguns compromissos claros", apontando o desemprego como o maior problema do distrito. Para Assis, que é também presidente da Federação do Porto, os quase 130 mil desempregados existentes no distrito reflectem "uma crise profunda do modelo económico da região e uma crise social". De forma a combater o flagelo do desemprego no distrito, Francisco Assis elegeu hoje o desenvolvimento como palavra-chave para os próximos tempos. "O desenvolvimento foi o que falhou nos últimos três anos", disse, acrescentando que "o Orçamento do Estado deve ser



colocado ao serviço do crescimento da economia" e não o contrário.

Por sua vez, o cabeça de lista do PS pelo Porto, Luís Braga da Cruz, propôs a criação de um "verdadeiro programa de emergência" para combater a elevada taxa de desemprego do distrito.

Mas salientou que este programa deve fugir à tendência de se "aplicar uma chapa aos problemas tradicionais", optando por se basear em soluções específicas para cada um dos sectores em crise e para cada região afectada.

No entanto, o ex-ministro da Economia do governo de António Guterres alertou para a necessidade de se "ter noção que

os próximos tempos serão difíceis e que não pode haver soluções para todos ao mesmo tempo, nem a curto prazo".

Ouvir as instituições regionais, aproveitar o dinamismo de cada parcela do território, regressar à política do desenvolvimento, que considerou ter sido "sacrificada pelo governo nos últimos três anos", estimular e reforçar a voz da sociedade civil e apostar na inovação são, entre outras, medidas defendidas por Braga da Cruz.

Salientando que a política deve ter por base a democracia, a descentralização e o desenvolvimento, sustentou que "votar PS é criar condições de governabilidade para Portugal nos próximos quatro anos".

MANUEL PINHO EM AVEIRO

PS TEM UM RUMO PARA O CRESCIMENTO EM PORTUGAL



Para dar um rumo a Portugal, o PS "vai apresentar um plano concreto para a legislatura, assente no crescimento económico, na estabilização das finanças públicas e na modernização da administração pública". O compromisso foi avançado em Aveiro, pelo porta-voz socialista para os assuntos económicos, Manuel Pinho, durante a apresentação oficial da lista do PS que encabeça no referido círculo eleitoral.

Quanto às finanças públicas, Manuel Pinho considerou ser "uma total irresponsabilidade", no actual quadro a que o Executivo PSD/CDS conduziu o país, "vir agora prometer uma baixa de impostos".

"O verdadeiro ajustamento tem de ser feito do lado da despesa e não tanto da receita, de forma programada para a legislatura, por objectivos anuais e contratualizados com os serviços", defendeu, criticando de seguida "o total fiasco dos últimos três anos, em que a coligação de direita colocou os ovos todos no cesto da obsessão do défice".

"Sem finanças públicas sãs não há crescimento", advertiu, sublinhando que "de nada serve apertar muito o cinto num ano para depois mudar de políticas em ano de eleições", pelo que o saneamento das finanças públicas terá de ser programado e contínuo.

Em nome da estabilidade fiscal, Manuel Pinho explicou a posição assumida pelo PS de, caso vença as eleições de 20 de Fevereiro, não repor os benefícios fiscais dos planos de poupança e de não alterar a redução do IRS.

"A última coisa que era preciso era estimular o consumo e retirar incentivos à poupança, mas uma vez que o Orçamento de Estado foi aprovado, seria irresponsável mudar as regras a meio do campeonato, pelo que nada será feito em sede de orçamento rectificativo", fundamentou.

JORGE LACÃO REAFIRMA

REUNIFICAÇÃO DO DISTRITO DE SANTARÉM É UMA PRIORIDADE

Jorge Lacão garante que, se o PS vencer as eleições legislativas, a reunificação do distrito de Santarém terá de acontecer.

"Só não acontecerá de imediato por responsabilidade, pois é preciso conhecer os *dossiers* da integração da Lezíria na Região Alentejo e do Médio Tejo na Região Centro", ressaltou o cabeça de lista socialista pelo círculo eleitoral de Santarém, na apresentação oficial desta, que decorreu no passado dia 17.

Segundo Jorge Lacão, a aposta do PS para o distrito passará necessariamente pelo "aprofundamento da descentralização" e pela definição de objectivos de desenvolvimento "em parceria e concertação", uma vez que, frisou, "não há varinhas mágicas nem soluções milagrosas para os problemas". O deputado socialista em exercício referiu a situação em que se encontrava o distrito quando o partido deixou o Governo, em 2002, com a Lezíria a ser a primeira sub-região do país em taxa de crescimento e o Médio Tejo a terceira. "Actualmente, a taxa de investimento global no distrito e da actividade privada é a mais baixa dos últimos 12 anos", observou.

Defendendo uma alteração do sistema político que responsabilize os eleitos perante os eleitores e os obrigue a prestar contas, Jorge Lacão defendeu que os cidadãos "merecem outra consideração" e devem "poder escolher os eleitos da sua preferência para que estes respondam pelo que fizeram ou não". Por sua vez, o número dois da lista socialista pelo distrito, Vitalino Canas, afirmou que Santarém "é um dos três ou quatro círculos que vão decidir se vai haver ou não estabilidade", apelando a que "nenhum voto se desperdice" para que o PS consiga a maioria absoluta.

Já o presidente da Federação de Santarém, Paulo Fonseca, número quatro na lista, sublinhou o facto de esta incluir 40 por cento de mulheres nos dez lugares efectivos, dando a palavra a Idália Moniz (terceira na lista), que criticou a ausência de uma política social nos Governos laranja e prometeu a introdução do problema da exclusão social na agenda socialista, "não numa lógica assistencialista mas de ajuda, de forma transparente, aos que mais precisam".

O País Relativo

LEVANTAMENTO NACIONAL

Dizem os jornais que Santana, encurralado no beco sem saída da lógica adversarial e vitimizadora de que a toda a hora se socorre, pediu num comício de pré-campanha um "verdadeiro levantamento nacional" contra este "embuste político que tentaram criar em Portugal". Provavelmente nem lhe ocorre, mas contra ele fala. Aliás, nem precisava de pedir, porque vai ter o "levantamento" que tanto deseja, pela certa. Talvez só não imagine a verdadeira dimensão da sua derrota e as facas afiadas que, é-lhe cada vez mais impossível escondê-lo, o esperam dentro do seu partido logo depois das eleições.

Ainda assim, pelo sim pelo não, faz bem em pedir o tal "levantamento" e em alimentar a ideia de que está convencido de que ainda pode ganhar as legislativas. Quanto mais insistir neste tipo de circo, maior será a hecatombe.



MIGUEL CABRITA

LISBOA FELIZ

Uma coisa, porém, é indesmentível. Santana Lopes pode ter tido um *flirt* de uns meses com o país, mas não foi o suficiente para esquecer Lisboa.

As provas sucedem-se. Por exemplo, deixou atrás de si, como rasto inconfundível da sua passagem, uma série de trapalhadas prontas para o seu apagado sucessor ir digerindo — em lume brando. O buraco do Marquês já é um ex-líbris. Mas, recentemente, outras voltaram à ribalta — para que a memória não seja curta. Primeiro, o Parque Mayer — o tal que, jurava Santana na campanha autárquica de 2001, ia estar remodelado, pronto e a funcionar em pleno no máximo ao fim de dez meses. Afinal, o plano megalómano tantas vezes anunciado e adiado e alterado, acaba de ser chumbado, *trinta e seis meses depois*, pela Assembleia Municipal de Lisboa.

Depois, o Casino, famoso tanto tempo antes de existir. Anos e anos a dar voltas à cidade e ia acabar por aterrar de pára-quebras no massacrado Parque das Nações. Afinal, provavelmente vai acabar embargado porque (incrível!) ninguém se lembrou de dar cavaco aos arquitectos que projectaram o Pavilhão do Futuro, de modo a conseguir a sua autorização para a remodelação do espaço.

Tudo isto para já não falar na "milagrosa" intervenção no Intendente (hoje pior do que nunca) ou das promessas demagógicas, e nunca cumpridas, da construção de novas escolas (para que jovens?), piscinas e afins, da habitação para jovens dentro da cidade, da revitalização dos centros históricos, entre tantas outras.

Lisboa Feliz, é verdade. Sobretudo à medida que os meses vão passando, penosamente, à espera das próximas autárquicas

LISBOA CADA VEZ MAIS FELIZ

Mas por incrível que pareça, com este fantástico currículo, ainda por cima agora abrilhantado pelo infinito desastre que foi a sua breve governação, Santana ainda acalenta esperanças de voltar a Lisboa. Já fez, aliás, constar que se perder as legislativas — não se sabe por falta de do tal levantamento nacional ou por excesso dele — voltará para cumprir o que resta do mandato na câmara e disputar as próximas autárquicas.

A este respeito, resta-nos formular um só desejo. Ele que volte, para mostrar a obra feita.

Num certo sentido, é até mais justo que os lisboetas possam julgar o verdadeiro responsável pelo desastre que foram os últimos quatro anos de inércia e inépcia na capital do país. Porque Carmona (ou outro candidato que o PPD viesse a lançar) não poderiam assumir do mesmo modo o terrível ónus de ser o rosto da total mediocridade do Executivo Santana em Lisboa.

Ele que volte, pois, para se submeter ao merecido julgamento popular. E a seguir ao "levantamento nacional", seguir-se-á um novo "levantamento". Desta vez lisboeta.

SÓ A MAIORIA ABSOLUTA DO PS GARANTE ESTABILIDADE

Só com uma maioria absoluta dos socialistas poderá haver estabilidade, sustentou António Costa no programa Grande Entrevista, de Judite de Sousa, emitido na RTP1.

Na análise do antigo líder da bancada socialista na Assembleia da República, o PCP deu um passo atrás no último congresso, em que escolheu Jerónimo de Sousa para substituir Carlos Carvalhas. E o Bloco de Esquerda já deixou claro que enquanto valer menos de 10 por cento nas urnas não equaciona a possibilidade de ir para o poder.

Na entrevista ao canal público de televisão, Costa lançou avançou com a proposta de que os referendos possam realizar-se em simultâneo com outros escrutínios, por exemplo com as eleições autárquicas. Isto para evitar sucessivas chamadas dos eleitores às urnas, o que causa cansaço e



umenta a abstenção. Mas para que a ideia se concretize é necessária uma revisão constitucional, dado que a Lei Fundamental actualmente impede que no mesmo dia se realize um referendo e uma qualquer eleição. Instado a pronunciar-se sobre as

próximas eleições autárquicas, repetiu a sua recusa em ser candidato por Lisboa, abandonando o Parlamento Europeu, mas admitiu votar em Manuel Maria Carrilho caso seja o antigo ministro da Cultura e escolhido pelo PS para se candidatar à capital.

CANDIDATOS SOCIALISTAS APRESENTAM EM PARIS PROGRAMA PARA AS COMUNIDADES

Os candidatos na lista do PS pelo círculo da Europa e o programa eleitoral para as Comunidades foram apresentados no passado fim de semana em Paris, estando presentes os quatro elementos da lista, designadamente Maria Carrilho, Carlos Luís, Manuel Melo e Lurdes Rodrigues. Maria Carrilho manifestou o seu orgulho por encabeçar a única lista totalmente paritária no conjunto dos partidos que se apresentam às legislativas de Fevereiro e considerou o programa eleitoral do PS para as Comunidades como um documento que assenta essencialmente em dois vectores: valorização e apoio.

A candidata, ex-deputada ao Parlamento Europeu, chamou particularmente a atenção para os recursos estratégicos ao nível dos meios humanos que representam os jovens de segunda e terceira geração de origem portuguesa. "Vamos tentar aproveitar melhor estes recursos que Portugal se dá ao luxo de desperdiçar", afirmou, defendendo programas de integração profissional para estes luso-descendentes. Já o deputado Carlos Luís acusou os secretários de Estado das Comunidades do PSD José Cesário e Carlos Gonçalves de "mentirem" a respeito da contagem

do tempo de reforma para os ex-militares. Lamentou também o encerramento de consulados, o decréscimo do orçamento para as Comunidades e o aumento dos emolumentos consulares. O programa do PS para as Comunidades está repartido em seis grandes áreas, sendo que o eixo central é a necessidade de valorizar as Comunidades nas suas várias vertentes. Os seus eixos são "Valorizar as nossas Comunidades", "Eficácia Administrativa", "Reforçar as ligações a Portugal", "Melhorar a intervenção social", "Dar atenção ao movimento associativo" e "Aprofundar a cidadania".

ENCONTRO DE MILITANTES DA SECÇÃO DE CARCAVELOS

A Secção de Carcavelos há largos anos que não tem tido qualquer tipo de actividade política. Por isso, um grupo de militantes, com o sentimento de que no passado deveriam ter tido outra participação, tomou a iniciativa de promover eleições para os órgãos da Secção, que decorreram no passado dia 19 de Dezembro. Para a Mesa da Assembleia Geral foram eleitos os camaradas Sílvio Correia, Alice Martins e Manuel Aires. E para o Secretariado os camaradas Fernando Montenegro

Martins, Adelina Filipe, Victor Santos, Maria Celina Guerra, Telémaco Pires, Manuel Daniel e José Neves. Com o objectivo de regularizar o funcionamento da Secção e mobilizar os militantes para as tarefas eleitorais, vai realizar-se uma Assembleia Geral de militantes no próximo dia 29 de Janeiro, pelas 20 horas, no Hotel Riviera, em Carcavelos, para discussão de questões internas desta estrutura. No seguimento da Assembleia Geral terá lugar um Encontro de Socialistas, com

início às 21h30, com o objectivo de debater a situação política local e nacional, que contará com a participação dos camaradas Maria de Belém Roseira, Umberto Pacheco, presidente da Concelhia de Cascais e Hugo Celso Paraíba, coordenador da Concelhia da JS. Para este encontro estão convidados os camaradas da Secção de Carcavelos que por algum motivo não se filiaram, bem como os militantes das outras Secções do concelho de Cascais.

PALESTRA

SECÇÃO DE SÃO DOMINGOS DE RANA DEBATE TERRORISMO

Os socialistas de São Domingos de Rana (concelho de Cascais) promovem, no dia 29 de Janeiro, pelas 16 horas, uma palestra subordinada ao tema "Fenómeno do Terrorismo — Análise e Perspectivas". A iniciativa, organizada numa parceria entre a Secção do PS e a JS locais, decorrerá no auditório da sede da Secção

do PS de São Domingos de Rana, em Tires, e será proferida pelo mestre Heitor Romana, especialista em geopolítica e segurança do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCS), contando com a presença do camarada José Lamego, de professores universitários, docentes do concelho de Cascais

e militantes. Esta primeira palestra abre um conjunto de actividades que os socialistas pretendem levar a efeito, uma vez por mês, até ao final de 2005, visando a mobilização dos militantes do PS para a reflexão sobre importantes problemáticas de actualidade.

SÓCRATES NA SIC

PS FORMARÁ GOVERNO COM PESSOAS COMPETENTES E CREDIVÉIS

Sendo certo que "em democracia não há vencedores antecipados", segundo José Sócrates, é fundamental para o país que o PS tenha maioria absoluta nas legislativas.

Em entrevista ao "Jornal de Domingo" da SIC, o líder socialista garantiu que se o PS ganhar as eleições de 20 de Fevereiro, "formará um bom Governo, com pessoas competentes e credíveis", escusando-se a avançar nomes e cargos por considerar que tal atitude seria antecipar-se à vontade dos portugueses e "um gesto de arrogância".

Sobre a polémica em torno da realização do frente-a-frente com o presidente do PSD, Pedro Santana Lopes, o secretário-geral socialista sublinhou ter sido o primeiro a apresentar uma proposta concreta sobre debates televisivos.

O líder do PS fez ainda questão de frisar que o modelo de debate que propôs foi "igual ao que o então presidente do PSD, Durão Barroso, apresentou para as eleições legislativas de 2002 e com o qual Pedro Santana Lopes concordou".

A finalizar este ponto, José Sócrates manifestou "esperança" em que o seu debate com Santana seja transmitido por todas as estações de televisão.

Sócrates defendeu igualmente que a próxima legislatura será o momento de voltar a "perguntar aos portugueses o que pensam sobre a lei de interrupção



voluntária da gravidez".

"Não tenho medo da vontade do povo. Se o PS se empenhar (na vitória da despenalização do aborto), tenho a certeza que Portugal terá uma lei moderna sobre IVG", afirmou, reiterando também a sua intenção de avançar com a co-incidenteção e de desenvolver políticas que permitam criar 150 mil postos de trabalho nos próximos quatro anos.

Desdramatizando as consequências das medidas incluídas no programa eleitoral socialista que visam diminuir em 75 mil o número de funcionários públicos e

aproximar a idade da reforma da esperança média de vida, Sócrates lembrou que "nos próximos anos vão reformar-se cerca de 150 mil empregados da Função Pública", sublinhando de seguida que, "por cada duas saídas, entrará na Administração um jovem qualificado".

Depois de manifestar empenho em modernizar e reduzir o peso da Administração Pública, o líder socialista comprometeu-se a trabalhar no sentido de "garantir a sustentabilidade" do sistema de Segurança Social.

MANUEL ALEGRE DEFENDE

É PRECISO LIBERTAR O ESPÍRITO EMPREENDEDOR DOS PORTUGUESES

Uma nova estratégia de desenvolvimento nacional passa, segundo Manuel Alegre, pela "libertação do espírito empreendedor dos portugueses", a par da aposta na tecnologia e na qualificação de recursos humanos.

Perante largas dezenas de estudantes que se aglomeraram no auditório da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, o deputado socialista defendeu que uma política de crescimento para Portugal é inseparável de políticas de emprego, coesão social, rigor nas contas públicas e defesa dos serviços públicos.

Num encontro em que se analisou o actual contexto eleitoral, promovido no passado dia 18, pela Associação Académica da Faculdade de Direito, Alegre debateu com representantes dos partidos políticos com assento parlamentar as mudanças estruturais que qualificou como urgentes para o nosso país.

"É preciso mudar o rumo de Portugal e acabar de vez com o mito criado por Cavaco Silva de que é o aumento da despesa pública que trava o crescimento nacional", disse Manuel Alegre, merecendo uma ovação da numerosa assistência.

Depois de citar três exemplos de países nórdicos posicionados entre os mais com-



pletivos da Europa em que o desinvestimento público não foi a trave-mestra de uma política de crescimento económico, o parlamentar do PS falou da importância crucial de se proceder a um investimento criterioso e planificado em áreas vitais para o desenvolvimento sustentado.

Alegre não se furtou a fazer a comparação entre o país deixado pelos últimos governos socialistas e o que temos hoje, num debate em que também participaram Marques Guedes do PSD, António Filipe do PCP e Luís Fazenda do Bloco de Esquerda.

"Actualmente, Portugal sofre as consequências do aumento do desemprego, do défice das contas públicas e da degradação

do Serviço Nacional e Saúde e da Segurança Social", criticou, passando de seguida às questões relativas à educação, a propósito das quais contrariou a ideia de excesso de licenciados no mercado de trabalho, defendendo que "é preciso direccionar os investimentos nesta área para a formação de quadros científicos e tecnológicos".

Falando da crise de confiança que se vive no nosso país, Alegre considerou ser "chegada a hora de reabilitar a política". "Esta não é uma crise do sistema. Esta é uma crise gerada pelos agentes políticos que têm descredibilizado a política com os seus actos e afirmações", acusou, sublinhando a urgência de "encontrar uma ambição para Portugal" e "uma nova estratégia de desenvolvimento que não passe apenas pelo plano económico.

Por último, em resposta a uma intervenção de um membro da assistência que acusou o Presidente da República de gerar instabilidade e uma crise no sistema político nacional, Manuel Alegre explicou que a dissolução do Parlamento foi uma decisão legítima de Jorge Sampaio e é um instrumento consagrado pelo regime democrático que "deve ser usado sempre que for necessário".

MARY RODRIGUES

Opinião

TODOS OS PARTIDOS EXIGEM QUE O PS VENÇA COM MAIORIA ABSOLUTA



RICARDO GONÇALVES

DEPUTADO À ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
PELO CÍRCULO DE BRAGA

A união de facto, entre o PSD e CDS, obriga os portugueses a dar a maioria absoluta ao PS, pois com maioria relativa o nosso partido não tem com quem fazer acordos ou coligações. Já que no divórcio, com novo casamento marcado, caso o dote seja bom, entre os partidos que hoje sustentam o Governo, ficou assente que nenhum deles viabilizava um Governo do PS.

Por sua vez, o PCP, com Jerónimo de Sousa na liderança, diz que o PS governa à direita, esquecendo-se que os orçamentos com maior componente social apresentados no Parlamento foram protagonizados por governos do PS e ao mesmo tempo afirma que o PCP é marxista-leninista, defendendo, assim,

o maior embuste de que a humanidade foi vítima no último século, que foi o comunismo.

Hoje, retirando a Coreia do Norte e Cuba, já quase mais nenhum poder defende esta ideologia. O Bloco de Esquerda depois de garantir que viabilizava um Governo do PS e um Orçamento rectificativo, já veio desmentir as suas próprias promessas. Já parece o Governo de Santana Lopes e Paulo Portas, dizendo que afinal vai estudar caso a caso, que não viabiliza nada do Governo do PS que não coincida com aquilo que são as promessas do Bloco de Esquerda.

Ora, esta atitude do Bloco de Esquerda já era previsível, esta amalgama de trotskistas com estalinistas, alguns libertários e outros que dizem que são de raiz social-democrata, bastando lembrar que foi Estaline que mandou matar o Trotsky, e que todos os outros componentes nunca foram miscíveis, é fácil perceber que o Bloco de Esquerda só funciona na oposição pura e dura, isto pela negativa, apresentando propostas mirabolantes na área económica e social e relevando na área dos valores determinados temas, apresentando-os como sejam grandes rupturas, temas que actualmente o Governo do PSOE, em Espanha, está a integrar, normalmente, na lei espanhola.

Portanto, se o Bloco de Esquerda levado pela ganância do poder, tentar entrar num Governo, ou simplesmente apoiar, pode-se desconjurar. Mas se não participar no poder também estiola e se esvai em conversa que é para aquilo que até aqui tem servido.

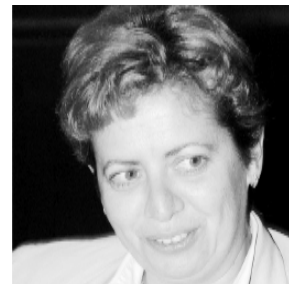
Para confirmar estas teses, os seus dirigentes de Braga, em conferência de Imprensa vieram opor-se à construção do novo Hospital Universitário de Braga, em parceria público-privado, argumentando que devia ser o Estado a construí-lo e a explorá-lo, quando sabem que o Estado não possui, actualmente, dinheiro para concretizar este ambicioso projecto, e que sendo o Estado a pagar as despesas dos doentes no Hospital, está assegurado o princípio do Serviço Nacional de Saúde de que esta deve ser tendencialmente gratuita. Para o cidadão o importante é ser bem atendido, e para isso o Estado tem que ser rigoroso na fiscalização. Agora se é o Estado ou o privado a gerir, ao cidadão comum pouco interessa. Claro que o Bloco de Esquerda resolve todas as crises financeiras gritando o velho "slogan" que herdou da UDP: "os ricos que pagem a crise", reduzindo tudo a esta simplicidade. Apesar de sabermos que estamos numa economia mundial aberta e ser fácil aos ricos transferirem as suas riquezas para outro país, e nós ficarmos cada vez com menos investimento, menos empresas e menos património. Em princípio até é isto o que o Bloco quer que aconteça.

Por sua vez, os seus dirigentes nacionais ainda recentemente vieram recordar que são pelo fim da NATO e pela saída dos americanos da Base das Lajes e pelo total, ou quase, desarmamento da Europa, fragilizando ainda mais a União Europeia colocando-a ao dispor de qualquer grupo terrorista, que cada vez estão mais sofisticados, sabendo-se que a Europa mesmo como está, tem imensa dificuldade em fazer frente a todos os perigos que hoje a ameaçam, que seria se abandonasse a NATO e se desarmasse.

A lógica desta medida deve ser de que a Europa desarmada, faria com que os seus inimigos, ou até oportunistas de ocasião, tivessem pena e não a atacassem, como se as relações internacionais, colocassem a piedade no centro das suas acções. Com certeza que as razões do Bloco são outras, é a terceiro-mundialização da Europa, destruindo os pilares que a suportam, para em cima dos escombros que restarem, construir a sua sociedade da síntese entre a revolução permanente e a estabilização da utopia totalitária, vulgo comunismo, tentando misturar isto tudo com uma certa dose de princípios libertários. Enfim, não seria bem uma salada russa, mas muitos dos seus ingredientes seriam coincidentes.

ANTÓNIO MEXIA: “MINISTRO DAS OBRAS DE PAPEL” OU “MINISTRO POWERPOINT”?

1. António Mexia desde o início do seu mandato governou para a comunicação social, anunciando sucessivamente, com total despudor, medidas contraditórias entre si, contrariando decisões dos seus antecessores do PSD e pondo em causa questões estratégicas para o País. Sucederam-se entrevistas nos jornais, cerimónias em que se anunciaram futuros anúncios de grandes decisões, num tal desassossego que já não se percebia se o Dr. Mexia era o produto ou se a própria máquina da propaganda.
2. Perante tanto desembarado e face ao domínio razoável das técnicas de *marketing*, os mais distraídos chegaram a pensar que se calhar tinham ministro. Mas mesmo estes depressa concluíram que tudo não passava de “decisões powerpoint”. Foi a holding dos portos que não chegava a acontecer, era a aposta no transporte público nas áreas metropolitanas e depois nada aconteceu, foram as SCUT's que eram um desperísimo e iam acabar mas que afinal bem vistas as coisas vai haver uma isenção durante quatro anos para mais de 4 milhões de utilizadores, etc, etc. De concreto, apenas restaram as nomeações dos *boys laranja* para lugares de gestão: no novo IEP que passou a EPE para se poder endividar, na Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa, na RAVE, em algumas empresas em que os administradores foram novamente nomeados para terem mais três anos de mandato ...
3. Mas o Ministro António Mexia, na ânsia de um protagonismo eleitoralista, continua a surpreender com o anúncio de decisões pouco fundamentadas, propositadamente parciais e enganadoras, relativamente a investimentos estruturantes do País, que irão condicionar a vida das gerações vindouras e que, como tal, exigem seriedade, transparência e verdade na decisão política. O governo quer fazer nos 30 dias que faltam para as eleições aquilo que não foi capaz de fazer em 3 anos.
4. A alta velocidade ferroviária em Portugal é um assunto demasiado importante para ser objecto de decisões em cima do joelho, tomadas com base em estudos preliminares e numa altura em que quem decide e anuncia não estará no governo daqui a pouco mais de um mês, como se espera. Portanto, antes do mais, realça-se a falta de sustentação e a inoportunidade política do anúncio feito no passado dia 18 de Janeiro.
5. Não é de estranhar este tipo de comportamento. Este é o mesmo ministro que em Outubro anunciou que a travessia do Tejo, na zona de Lisboa, pelos comboios de alta velocidade seria feita pela ponte 25 de Abril, com passagem em Entrecampos e Sete Rios, pondo em causa todo o transporte suburbano. Ainda hoje não está muito convencido do disparate apesar do parecer em contrário da própria RAVE.
6. De facto, António Mexia já nos habituou a soluções demagógicas, pouco credíveis tecnicamente e reveladoras de um desconhecimento das questões estratégicas para os transportes e para o País.
7. A solução agora anunciada para a ligação entre Lisboa e o Porto não resolve as situações mais complexas, as entradas em Lisboa e no Porto, e ignora propositadamente o resto da rede, nomeadamente a ligação de Lisboa a Madrid.
8. Este governo anuncia uma ligação em alta velocidade utilizando parte da actual linha do Norte, nomeadamente do troço Carregado-Lisboa. No fundo, dando um exemplo, é como se estivesse a dizer que se ia construir a auto-estrada A1 aproveitando alguns dos troços da Estrada Nacional 1, nomeadamente nas entradas em Lisboa, obrigando os carros a mudar de pneus cada vez que passassem de um troço de auto-estrada para um troço da Nacional1, porque o pavimento era diferente. Bizarro!
9. Os custos anunciados para a solução de alta velocidade são de 5.3 biliões de euros e para a solução mista são de 3.8 biliões de euros. Até esta avaliação está enfiada porque considera que se irão fazer investimentos de montante praticamente idêntico na rede convencional (de cerca de 1.3 biliões de euros), seja qual for a solução. A diferença de 1.5 biliões de euros entre as duas hipóteses fica praticamente anulada se retirarmos da solução em alta velocidade esse incompreensível investimento. Estas são as falsas poupanças que comprometem o desenvolvimento do País e enganam os portugueses.
10. A promiscuidade entre a rede ferroviária convencional e a nova rede é a negação da alta velocidade de ligação à Europa, contrária todas as experiências de sucesso na Europa e na nossa vizinha Espanha.
11. A rede convencional terá a evolução que a procura pelas pessoas e bens justificar.
12. A nova rede de alta velocidade tem que ter um pensamento estratégico, sendo executada, isso sim, à medida das possibilidades financeiras do País. Por isso o PS propõe iniciar a rede pela ligação Lisboa-Porto, mas esta ligação tem que se enquadrar no projecto futuro para toda a rede, que engloba a ligação a Madrid.
13. Um planeamento sério das diferentes fases deste projecto não pode alhear-se da melhor forma de no futuro fazer a ligação a Madrid e, muito menos, das decisões relativas às entradas nas cidades de Lisboa e Porto.
14. A ligação Lisboa-Madrid torna inevitável a construção da nova travessia do Tejo, a ponte Barreiro-Chelas. Esta ponte terá três funções:
 - Viabilizar as ligações ferroviárias em alta velocidade a Madrid, ao Porto/Norte e ao Sul;
 - Viabilizar, no curto prazo, o fecho da malha ferroviária suburbana e de mercadorias;
 - Viabilizar uma nova ligação rodoviária entre as duas margens do Tejo na região de Lisboa.
15. Não é sério que um ministro se refira a esta óbvia necessidade como uma solução com elevada probabilidade. Se tem a certeza escreva no programa eleitoral do PSD. Se não tem a certeza escusa de fazer anúncios de propaganda à custa dos serviços do Estado.
16. A demagogia e o eleitoralismo são ainda sublinhados pelo anúncio de uma eventual ligação exclusivamente rodoviária entre Algés e Trafaria, que não se sabe se é ponte ou se é túnel, mas que palpita que custará entre 550 e 750 milhões de euros e que irá, não se sabe quando, começar a negociar com a concessionária da Luso ponte. É estranho que não tenha dúvidas quanto a esta solução quando as tem relativamente à ponte Barreiro-Chelas, cuja necessidade para a ligação ferroviária a Madrid é consensual e quando se trata de um corredor não servido por nenhuma ligação rodoviária.
17. É necessário recordar ao ministro Mexia que o respeito pelos portugueses e o rigor da aplicação do seu dinheiro, são questões que não perdem importância quando se passa do corredor Barreiro-Chelas para o Algés-Trafaria.
18. O PS defende um sistema de transportes estratégico para o desenvolvimento social e económico do País, definido e executado de uma forma credível e transparente. As dificuldades financeiras do País estarão reflectidas no faseamento dos empreendimentos e não em soluções medíocres que comprometam todo um futuro.
19. Mas ainda faltam quase trinta dias e tenho a certeza que até ao dia das eleições ainda serão feitas mais conferências de imprensa, mais sessões de *datashow*, a dúvida é apenas sobre qual a grande obra que irá ser feita, “num instantinho”, por este ministro.
20. Face a tantos anúncios inconsequentes, fica-se na dúvida, se estivessemos noutros tempos, se o Dr. António Mexia deveria ficar conhecido para a posteridade como o “ministro das obras de papel” ou como o “ministro powerpoint”.



ANA PAULA VITORINO

SUGESTÕES

por ISABEL PIRES DE LIMA

CORRA, QUE AINDA APANHA VIEIRA DA SILVA!



Se tem oportunidade de se deslocar a Lisboa por estes dias e se ainda não viu a exposição que a Fundação Arpad Szenes-Vieira da Silva tem patente ao público, corra, porque ainda a pode ver até ao dia 30 do corrente. É uma belíssima exposição intitulada *Vieira da Silva nas colecções internacionais – em busca do essencial*. Breve, mas intensa, dá-nos de facto o essencial da pintura da autora, o essencial da sua busca plástica e a sua busca do essencial, através de algumas dezenas de quadros, provenientes de colecções particulares e de museus de todo o mundo, delicadamente expostos no magnífico espaço, ao Jardim das Amoreiras, que alberga a Fundação. Vieira da Silva, nascida em 1908, em Lisboa, morreu em Paris, em 1992, e a sua vida, unida pelo casamento à de outro grande vulto da pintura europeia, Arpad Szenes, dividir-se-á entre aquelas duas cidades. A sua pintura testemunha esta sua dupla pertença geográfica e cultural. A partida para Paris, aos dezanove anos, para estudar arte, abrir-lhe-á os caminhos da modernidade estética em que se formará, mas manter-se-á ligada à azulejaria, à arquitectura, à verticalidade da sua cidade natal. A obra da pintora vive numa permanente tensão entre figuração e abstracção, obtida através de uma técnica aditiva saturante que todavia nalguns casos conduz a uma abstracção meditativa radical (“L’Empire céleste” – 1977). Ela pinta a realidade transfigurando-a ou reconstruindo-a por meio de um fraccionamento de pinceladas coloridas capazes de ligar

formas e realidades distanciadas (“La forêt des erreurs” – 1941).

A sua pintura oscila constantemente entre a natureza e a arquitectura urbana. Aliás, a cidade e os seus labirintos, que adora percorrer, e onde o homem parece perder-se, são um tema recorrente mas não angustiante. As suas telas relevam do enigma, isso sim, obtido em boa medida por um virtuosismo na perspectiva ou por uma sábia proliferação de perspectivas justapostas, como no quadro exactamente intitulado, “Enigma” (1947). Essencial também o papel que reserva à cor, concebendo o emaranhamento das formas a partir da vertigem da cor. De resto, daí resulta uma boa parte do mistério que da sua pintura emana, com a conquista de uma luz quase sobrenatural que afinal resulta da amálgama das cores (“Noite/Dia” – 1962; “Courants d’éternité” – 1990). Não perca esta oportunidade de (re)ver algumas das obras mais paradigmáticas da autoria daquela que é porventura a grande pintora portuguesa do século XX, como os famosos “La partie d’échec” (1943) ou “Le promeneur invisible” (1949-1951) ou “Le grand blanc” (1961) ou “Soleils” (1986), os quais habitam museus bem distantes dos nossos olhos e (re)veja outros que lhe foram inspirados pela sua/nossa geografia sentimental, como “Rua das Chagas” (1952), “Castelo de S. Jorge” (1957), “Ville ou Porto” (1962).

Corra, que ainda apanha Vieira da Silva!

LIMPEZA NA CIDADE DO PORTO

A limpeza na cidade do Porto não está a receber a devida atenção. Faltam condições para que não se continuem a ver lixos espalhados pela cidade. Não se pode descurar uma contínua fiscalização nesta área, já que títulos como "Património da Humanidade" ou "Porto, Capital Europeia da Cultura" certamente não se coadunam com a imagem de uma cidade menos cuidada.

Torna-se, assim, pertinente assumir a limpeza urbana como uma das linhas de acção prioritária em matéria de gestão ambiental das freguesias de toda a cidade, o que deveria passar, obviamente, pela canalização de meios financeiros e técnicos em número e tipologia adequados.

Onde estão concretizadas as promessas, então feitas, pelo presidente da autarquia portuense? Como ficou a situação de ameaça de o vereador do Ambiente se demitir do pelouro se não lhe fossem dados os meios para poder contratar os 178 cantoneiros para a via pública e jardins, dando o mesmo "vereador Rui Sá" o prazo de seis meses para que uma das situações se verificasse. Quanto tempo já passou?

O ruído é um dos principais indicadores de bem-estar e qualidade ambiental que ganha especial significado com a entrada em vigor do novo diploma legal: regulamento geral do ruído, decreto-lei nº 292/2000, de 14 de Novembro. O mesmo exige a classificação de zonas sensíveis e zonas mistas e a sua introdução no Plano Director Municipal. É, assim, urgente elaborar mapas de ruído, um plano para a sua redução e relatórios semestrais do estado do ambiente acústico em toda a cidade do Porto. Deve dar-se atenção àquele que é um dos principais motivos de reclamação por parte da população, principalmente nas zonas de proximidade a obras nocturnas, e que se vem traduzindo num forte factor de desconforto e stresse do quotidiano urbano.

A poluição atmosférica é também uma das principais distorções ambientais, sendo o tráfego automóvel uma das maiores fontes de emissão de poluentes gasosos.

Além da interligação e adequação de um programa de mobilidade acompanhado do estudo de indicadores de qualidade ambiental e outros instrumentos de planeamento, importa implementar um plano de acção que contemple a monitorização efectiva dos principais poluentes, com recurso a um maior número possível de pontos de aquisição e

MÁRIO DE SOUSA

Um plano de informação e divulgação de dados de qualidade do ar, tendo como principal objectivo a informação alargada da população local, utilizando diferentes suportes e meios de informação, viriam sensibilizar os cidadãos para as boas práticas na utilização preferencial de transportes públicos e cuidados na manutenção da viatura particular, e divulgar quadros de intervenção de acordo com cenários de concentração dos diferentes poluentes.

tratamento de dados, através da expansão da actual rede de postos de medição dos parâmetros de qualidade do ar, bem como a sua correlação com dados de tráfego rodoviário. Seria necessário proceder ao levantamento e caracterização das principais fontes fixas de emissões de actividades industriais, unidades de incineração de resíduos sólidos, entre outras; a um plano de redução de emissões gasosas, incluindo uma campanha de redução nas fontes e uma promoção da plantação de maciços arvoredos de espécies seleccionadas. Além de aumentar a área de cobertura da vegetação e a capacidade de renovação e filtração do ar, iriam permitir a introdução de canais de ar puro pela criação de condições específicas e favoráveis de dispersão atmosférica. Um plano de informação e divulgação de dados de qualidade do ar, tendo como principal objectivo a informação alargada da população local, utilizando diferentes suportes e meios de informação, viriam sensibilizar os cidadãos para as boas práticas na utilização preferencial de transportes públicos e cuidados na manutenção da viatura particular, e divulgar quadros de intervenção de acordo com cenários de concentração dos diferentes poluentes. Todos nós temos que pensar que da história deve resultar o contributo de cada geração para eliminar toda a dor e o sofrimento das populações.

A PATETICE ECONOMISTA

Nos tempos mais recentes, os exemplos de patetice economista têm-se multiplicado. Na vanguarda, encontra-se o programa de Governo do PSD com a sua proposta de subida da produtividade de 64 por cento para 75 por cento da média europeia quando Portugal possui actualmente mais de meio milhão de desempregados.



JOAQUIM JORGE VEIGUNHA

A patetice economista transformou-se nos tempos recentes no principal artigo de fé do anedotário nacional. Arvorando-se em salvadora da pátria, propõe-se aplicar mecanicamente aos problemas do país as fórmulas que digeriu acriticamente nos manuais de macroeconomia. A patetice economista tudo reduz ao aumento da produtividade, fórmula e receita milagrosa que irá resolver os problemas do país, mas ignora os seus elevados índices de pobreza e desigualdade social. A patetice economista tem uma visão simplista da dimensão política dos problemas económicos e sociais que converte em problemas técnicos. A patetice economista

atinge a sua mais elevada expressão quando afirma que a administração pública deve ser gerida como uma sociedade anónima.

Nos tempos mais recentes, os exemplos de patetice economista têm-se multiplicado. Na vanguarda, encontra-se o programa de Governo do PSD com a sua proposta de subida da produtividade de 64 por cento para 75 por cento da média europeia quando Portugal possui actualmente mais de meio milhão de desempregados. Mas as verdadeiras pérolas da patetice economista têm origem na sociedade civil. Em entrevista ao "Público"/Rádio Renascença, António Carrapatoso, presidente da Vodafone Portugal, constituiu um bom exemplo. A sua preocupação fundamental é reduzir o peso do Estado na economia. Para tornar mais credível a sua proposta, utiliza uma comparação: "Mesmo os países escandinavos considerados como um exemplo de protecção social e de eficiência na despesa pública, têm vindo a reduzir drasticamente o peso da mesma no PIB".

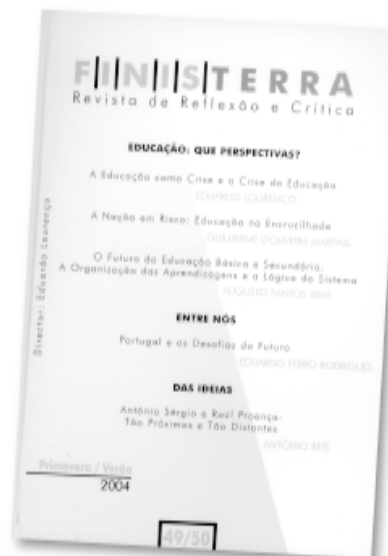
Como é possível comparar os países escandinavos que registam um elevado nível de protecção social com Portugal, país em que este é inferior à média da antiga Europa dos quinze e em que o índice de pobreza abrange 20 por cento da população? Os países escandinavos podem reduzir os seus níveis de protecção social porque já atingiram um elevado palamar de satisfação das necessidades sociais. E o nosso país, poderá fazer o mesmo?

Para a patetice economista, a diminuição do peso do Estado na economia implica a redução drástica dos efectivos da Função Pública. Carrapatoso não está com meias medidas, disparando convicto: "Se queremos reduzir o peso da Administração Pública de 48 para 40 por cento num prazo de quatro anos, é preciso também que o peso dos salários da Função Pública no PIB desça de 15 para 11 por cento, que é a média europeia. Isso só se consegue reduzindo o número de funcionários ou reduzindo-lhes drasticamente os salários".

Ninguém contesta que é necessário introduzir critérios de racionalidade e eficácia na Administração Pública. No entanto, para a patetice economista a produtividade da Administração Pública consiste num simples exercício de contabilidade "criativa": reduz-se o denominador do rácio e, assim, inevitavelmente, a produtividade aumenta, mesmo que cresça a sobrecarga de trabalho dos funcionários que tiveram a felicidade de não ser reduzidos. Mas num país em que o Estado surge como um dos principais impulsionadores da procura interna perante a extrema debilidade do tecido empresarial, o destino de grande parte dos funcionários reduzidos seria o de engrossar a já longa lista do desemprego. E no caso da redução drástica dos seus salários, o efeito sobre a procura interna seria negativo, pois a menor capacidade de consumo geraria menor produção e, por consequente, menor crescimento do PIB.

Apesar de propor a redução drástica dos salários dos funcionários públicos, o presidente da Vodafone Portugal considera que "é melhor para o cidadão que ganhe mil euros ter um bom político, mesmo que ele custe 10, 15 ou até 20 mil euros, do que correr o risco de ter um político menos bom só porque ele custa apenas quatro ou cinco mil euros". Carrapatoso deve certamente custar muito mais. O problema da patetice economista quando se arvora em reformadora é julgar que as suas propostas são descobertas geniais e inovadoras. A patetice economista não conhece limites.

As bodas de ouro da "Finisterra"



A revista de reflexão e crítica *Finisterra* já se encontra nas bancas. A publicação dirigida por Eduardo Lourenço está de parabéns, já que festeja o seu quinquagésimo número. Tal como no seu primeiro número, publicado em 1988, e subordinado ao tema "O socialismo do Futuro", a *Finisterra* decidiu comemorar as suas bodas de ouro com um tema polémico de grande actualidade: "Educação, que perspectivas?". O director inaugura o *dossier* com uma reflexão sobre a crise contemporânea de uma educação cada vez mais subordinada a uma lógica empresarial e financeira de curso prazo. Alfredo Margarido investiga as consequências da longa duração do analfabetismo em Portugal, enquanto Guilherme d'Oliveira Martins alerta para o risco que o país poderá correr se abandonar a aposta na educação e qualificação dos cidadãos. Augusto Santos Silva e José Maria Azevedo traçam os dilemas com que a educação básica e secundária se confrontam em Portugal e Manuel Pereira dos Santos faz o mesmo para a educação universitária. Óscar Soares defende que apenas uma gestão democrática e participada das escolas do ensino básico e secundário poderá contribuir para o sucesso educativo. Pedro Teixeira demonstra que nunca é de mais investir na educação pública em Portugal. Eduardo Geada fecha o *dossier* com uma incursão nos territórios pouco explorados dos cursos de cinema e audiovisual à luz do processo de Bolonha.

A este *dossier* bem temperado seguem-se as habituais secções *Entre Nós*, *Das Ideias* e *Da Cultura*. Destacamos os artigos de Eduardo Ferro

Rodrigues sobre os desafios que o futuro próximo lança a Portugal, Fernando Pereira Marques que se interroga sobre as consequências decorrentes da profissionalização integral das forças armadas portuguesas, António Reis que nos brinda com uma análise do confronto intelectual e político entre os seareiros históricos António Sérgio e Raúl Proença e João Soares Santos que emprende uma viagem maravilhosa às simbologias e mitologias das civilizações orientais.

O número 49/50 da *Finisterra* encerra como começou, com uma revisão crítica de Joaquim Jorge Veigunha sobre o actual estado da educação a partir do confronto com três autores clássicos: Kant, Stirner e William Morris. Mais uma vez, a aniversariante *Finisterra* garante aos leitores um amplo leque de temas abordados segundo uma perspectiva pluralista. Assiná-la torna-se cada vez mais imprescindível. A revista dirigida por Eduardo Lourenço faz verdadeiramente a diferença no nosso panorama cultural.

RECTIFICAÇÃO

Por lapsos nosso, o nome indicado como 5º suplente na lista do PS pelo círculo eleitoral de Santarém saiu truncado na última edição do "AS". Assim, onde figura Rui Silva devia estar Miguel Pires que é efectivamente o último dos candidatos a deputados por Santarém.

26 de Janeiro

09:15 Pequeno-almoço com jornalistas, **Bruxelas**
 10:30 Reunião com o Grupo Socialista no Parlamento Europeu
 13:00 Almoço com eurodeputados portugueses do PS
 19:00 Reunião com presidente da Comissão Europeia
 20:00 Jantar com emigrantes

27 de Janeiro

16:00 Conferência de Imprensa sobre o "Plano Tecnológico"
 21:30 Comício na Sociedade Filarmónica Recreio Alverquense,
Alverca do Ribatejo

28 de Janeiro

18:30 Apresentação de cumprimentos ao presidente do Governo Regional dos Açores, Palácio de Santana, em São Miguel, **Açores**
 20:00 Jantar no Hotel Royal Garden, São Miguel, **Açores**

29 de Janeiro

19:30 Jantar-comício na Região Oeste - Hotel Golf Mar, Praia do Porto Novo - **Torres Vedras**

30 de Janeiro

15:30 Comício no Largo da Capela Nova (ou no Pavilhão Municipal), **Vila Real**
 21:30 Comício no Cine-Teatro Torralta, **Bragança**

31 de Janeiro

14:00 Reunião com chanceler Gerard Schroeder, **Berlim**

01 de Fevereiro

13:30 Almoço com António Guterres e Leonel Jospin, **Lisboa**
 21:00 Entrevista à RTP

02 de Fevereiro

20:00 Jantar-comício no Tecnopolo da Madeira, **Funchal**

03 de Fevereiro

10:30 Entrevista à TSF
 Noite: Debate com Pedro Santana Lopes no Clube dos Jornalistas

04 de Fevereiro

15:00 Reunião com empresários e estudantes do sector do turismo, Hotel Tivoli, Lagos
 17:15 Passeio pelas ruas de Portimão
 20:00 Jantar-comício na escola D. Afonso III, **Faro**

05 de Fevereiro

11:00 Visita ao paredão e uma das turbinas da barragem do Alqueva
 11:45 Contactos com a população de Moura
 15:30 Comício no NERB, **Beja**
 19:00 Comício no auditório da Universidade de Évora, **Évora**

06 de Fevereiro

10:45 Sessão para a apresentação de medidas de prevenção e combate aos incêndios e fogos florestais, auditório municipal de Proença-a-Nova
 13:00 Almoço-comício, Escola Preparatória Pêro da Covilhã, **Covilhã**
 16:30 Comício no NERCAB, **Castelo Branco**
 21:00 Comício no NERPOR, **Portalegre**

07 de Fevereiro

11:00 Reunião com empresários na Estalagem D. Gonçalves, Santarém
 13:15 Almoço-comício no restaurante "Crrascosa" no Alcorriol, **Torres Novas**
 15:40 Visita às fábricas Celta e Monliz, Alpiarça
 17:15 Passeio na zona histórica de Santarém e contactos com a população
 21:00 Comício no auditório do CNEMA, **Santarém**

08 de Fevereiro

10:50 Breve visita ao Centro de Interpretação da Serra da Estrela
 11:15 Encontro com associações e organizações regionais, Quinta do Crestelo
 13:15 Almoço-comício na Escola Secundária Afonso de Albuquerque, **Guarda**
 19:30 Jantar-comício no Expocentro, **Viseu**

09 de Fevereiro

11:00 Entrevista ao Jornal "Expresso"
 15:00 Visita empresa da Marinha Grande
 17:00 Acção de rua, Leiria
 19:30 Jantar-comício no restaurante Aldeia de Santo Antão (EN Leiria-Batalha), **Leiria**

10 de Fevereiro

11:00 Visita ao Barreiro
 17:00 Entrevista "Diga lá Excelência" - RR/Público/RTP2
 19:30 Jantar-comício no Pavilhão do Vitéria de Setúbal, **Setúbal**

11 de Fevereiro

11:00 Visita ao Centro Tecnológico da Universidade do Minho, Guimarães
 13:00 Almoço com empresários, na Pousada de Santa Marinha da Costa, Guimarães
 18:00 Contactos com a população na Rua Direita de Barcelos
 21:30 Comício no Parque de Exposições (Grande Nave), **Braga**

12 de Fevereiro

11:00 Passeio pela Rua Ferreira Borges, Coimbra
 13:30 Almoço no Pavilhão Caras Direitas, em Buarcos, Figueira da Foz
 16:00 Conferência sobre "O Futuro da Europa", com Josep Borrell (presidente do PE) e Mário Soares, no Hotel D. Inês, Coimbra
 18:30 Comício no Pavilhão da Académica, **Coimbra**
 20:00 Entrevista ao Jornal Nacional da TVI

13 de Fevereiro

11:30 Passeio na Ribeira do Porto rumo a Gaia
 13:00 Almoço com personalidades da cultura, nas Caves Taylor, Gaia
 17:00 Comício no Coliseu do Porto, **Porto**

14 de Fevereiro

10:30 Dia do "Plano Tecnológico", no Europarque de Santa Maria da Feira
 13:00 Almoço em Santa Maria da Feira
 15:30 Passagem por Espinho - Descida da Rua 19
 18:15 Visita à Universidade de Aveiro
 21:00 Comício no Parque de Exposições, **Aveiro**

15 de Fevereiro

12:30 Encerramento da Conferência do "Diário Económico", Lisboa
 21:30 Debate na RTP1 entre os cinco líderes partidários com assento parlamentar

16 de Fevereiro

11:00 Visita à Siemens e Novabase, Lisboa
 13:00 Almoço com a presença de Jack Lang na Cervejaria Trindade, Lisboa
 15:30 Descida do Chiado
 19:30 Jantar-comício em **Loures**

17 de Fevereiro

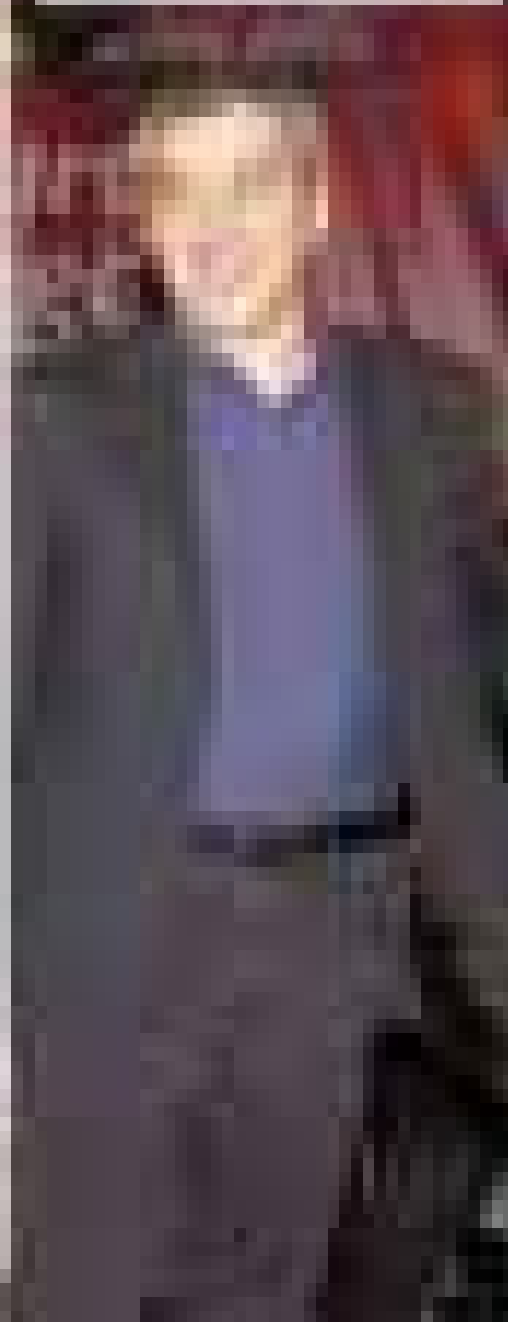
11:45 Contactos com a população de Santo Tirso (Concentração frente à Câmara Municipal)
 13:00 Almoço no Restaurante Top, Amarante
 17:00 Descida da Rua de Santa Catarina, Porto
 19:30 Jantar-comício no Armazém do Mindelo, **Vila do Conde**
 21:30 Comício na Praça da República, **Viana do Castelo**

18 de Fevereiro

13:00 Almoço com jovens, Lisboa
 19:30 Jantar com a Comissão de Honra, na antiga FIL (Junqueira)
 21:00 Comício de Encerramento da Campanha, na Nave Central da FIL, **Lisboa**

Nota

Este programa está sujeito a alterações de última hora por razões que se prendem com condicionalismos próprios de uma campanha eleitoral.



Acção
Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
 Propriedade do Partido Socialista

DIRECTOR **Augusto Santos Silva** | DIRECTOR-ADJUNTO **Silvino Gomes da Silva** silvino@ps.pt | REDACÇÃO J.C. **Castelo Branco** cbranco@ps.pt; **Mary Rodrigues** mary@ps.pt; **P. Pisco** ppisco@ps.pt | SECRETARIADO **Virginia Damas** virginia@ps.pt
 PAGINAÇÃO ELECTRÓNICA **Francisco Sandoval** francisco@ps.pt | EDIÇÃO INTERNET **José Raimundo**; **Francisco Sandoval**
 REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXPEDIÇÃO Partido Socialista; Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33
 DEPÓSITO LEGAL Nº 21339/88 | ISSN: 0871-102X | IMPRESSÃO Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Toda a colaboração deverá ser enviada para o endereço do jornal ou para accaosocialista@ps.pt

w w w . p s . p t / a c c a o